



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

INSTITUTO UFC VIRTUAL

CURSO DE SISTEMAS E MÍDIAS DIGITAIS

LÁIZLA FERNANDES FARIAS

**JUVENTUDE CEARENSE: TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CÍVICA**

FORTALEZA

2022

LÁIZLA FERNANDES FARIAS

JUVENTUDE CEARENSE: TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CÍVICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Sistemas e Mídias Digitais do Instituto
Universidade Virtual da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Sistemas e Mídias Digitais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Georgia da Cruz Pereira.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- F238j Farias, Lázila Fernandes.
Juventude cearense : tecnologias digitais da informação e comunicação como ferramentas de participação política e cívica / Lázila Fernandes Farias. – 2022.
85 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto UFC Virtual, Curso de Sistemas e Mídias Digitais, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Georgia da Cruz Pereira.
1. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. 2. Cidadania Digital. 3. Juventude. 4. Política. I.
Título.

CDD 302.23

LÁIZLA FERNANDES FARIAS

JUVENTUDE CEARENSE: TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CÍVICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Sistemas e Mídias Digitais do Instituto
Universidade Virtual da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Sistemas e Mídias Digitais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Georgia da Cruz Pereira.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Georgia da Cruz Pereira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Raquel Santiago Freire
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais, que me mostraram a imensidão e a liberdade que existe no ensinar e no aprender. E às minhas avós, que fazem parte dos meus traços e sempre sonharam junto comigo.

AGRADECIMENTOS

Estudar na UFC sempre foi um sonho desde criança. Andava no Campus do Pici, pelas estradas de calçamento, entrando nos departamentos com piso liso, vendo os peixes e as algas na Engenharia de Pesca que meu pai, na época professor, me mostrava com tanta empolgação. Minha mãe me levava, às vezes, ao NDC, me mostrava as borboletas, me convidada pra brincar nos parquinhos de areia e terra e pintar com todas as tintas e pincéis que tinham ali. Sempre sonhei em estudar com aquela alegria e empolgação dos dois. Para finalizar essa etapa tão importante, registro minha gratidão a eles e às várias outras pessoas que iluminaram minha jornada.

Primeiramente, agradeço às minhas avós, Terezinha e Carmosita, que foram grande fonte de incentivo e apoio aos estudos no meu cotidiano. Passei grande parte do tempo da infância, adolescência e começo da vida adulta com minhas avós, seja elas cuidando de mim ou cuidando delas. Para mim, só me sentirei formada na UFC quando elas estiverem com minha foto de beca em mãos.

Agradeço a todos e todas as pessoas que fizeram e fazem parte da Escola Espaço Vida, minha primeira e única escola até o 9º ano. Foi onde construí meus primeiros e mais longos laços de amizade. Agradeço à Isadora, Maria, Esther, Sabrina, Breno, Paulo, Lucas e os outros que integraram o grupo de pessoas que foram tão importantes nessa primeira trajetória escolar e que são família. Agradeço aos pais desses amigos, que também foram e são pais pra mim. Também agradeço à Amália, por acreditar na Escola Espaço Vida e criar um ambiente tão significativo pra todos nós. Aos amigos e amigas que a vida foi apresentando, agradeço à Mariah pelas conversas e trocas nos tempos de Ensino Médio, em que formamos muita irmandade.

Agradeço à minha família, em especial à tia Ana, que me ensina sempre a ver a vida com alegria e vivacidade, lembrando de buscar a minha liberdade. À tia Katiana, primas Débora, Priscila e Pedro Hélio. Sempre somos lembrados como uma família descontraída, divertida, engraçada e alegre, e é assim que é a minha lembrança de vocês, sempre com uma energia maravilhosa. Também agradeço ao meu tio Galileu e Waleska, que acreditam na minha criatividade. À minha irmã, Nazka, que sempre partilhou comigo o nome diferente e a vontade de descobrir o Peru e explorar o potencial que temos das mais diversas formas.

Quando cheguei na UFC, já havia criado várias incertezas e medos da minha convivência com os estudos. Mas logo fui acolhida por pessoas que, hoje, se tornaram uma família pra mim.

Agradeço, primeiramente, à Vitória, que me acolheu no SMD e me apresentou pessoas e assuntos de estudos que mudaram minha percepção pessoal e profissional. Que também sempre me incentivou, com muita criatividade, a seguir meus sonhos e ser instigada com os assuntos que gosto. Sei que você sempre vibra a cada passo comigo, muito obrigada.

Agradeço ao grupo de amigos que conheci. À Raissa, Arthur, David, Gabriel, Lucas, Mateus, Gabriel Coelho e Marcilene, que me mostram que é possível criar uma família com todo o carinho e apoio que podem dar.

Em especial, agradeço à Raissa, que se tornou fonte de apoio, segurança, amizade, sinceridade, carinho e amor. Em um ano cheio de desafios, você me acolheu, acreditou em mim e segurou a minha mão todos os dias que precisei, sendo uma das principais energias que me fez chegar até aqui e me fazer seguir meus sonhos. Você faz parte dos sentimentos mais libertadores que senti até hoje e dedico parte do sucesso dessa etapa ao nosso imenso companheirismo.

Agradeço também ao David, que me acompanhou em todos os perrengues dos trabalhos do SMD. Criamos uma amizade de muito incentivo, parceria, confiança e alegria, e que é muito preciosa pra mim. Muito obrigada por ser essa pessoa tão acolhedora e dedicada.

Agradeço a todas as pessoas que acreditaram no projeto Media Day, que foi e é uma grande fonte de inspiração na minha trajetória pessoal e profissional, onde vi as possibilidades que a educação pode trazer para a vida das pessoas, especialmente dos jovens cearenses.

Agradeço ao corpo docente do SMD, por acreditarem tanto nos alunos e alunas, no curso e em uma universidade de qualidade, gratuita e para todos e que abra as portas do uso das tecnologias para os mais diversos fins. Em especial, agradeço à minha orientadora, por ter coordenado o projeto Media Day, que possibilitou memórias muito significativas pra mim e por me acolher nessa trajetória até aqui.

Agradeço às duas professoras da banca, por serem mulheres inspiradoras e que buscam transformar o mundo. À Andrea, que foi a primeira professora que a Vitória me apresentou no início do curso e que oportuniza experiências inesquecíveis para todos nós desde o princípio e que cultiva sementes de esperança em mim. À Raquel, por ser tão acolhedora desde o início deste trabalho, me incentivando e me mostrando que, para além de pesquisadoras, somos mulheres fortes e transformadoras.

Por fim, agradeço em especial à minha mãe, que enfrentou jornadas duplas e triplas de trabalho com cuidados com a casa, filhas, família e, com muito esforço, batalhou para ter duas graduações e duas pós-graduações hoje. Além de sempre, não importa a situação nem a

condição, emanar amor. Mãe, você é minha maior fonte de energia e inspiração, muito obrigada.

RESUMO

Em 2022, foi observada uma queda significativa no número de jovens eleitores nos últimos trinta anos. Como forma de gerar engajamento, diversas organizações usaram plataformas e redes sociais para compartilhar campanhas de incentivo ao voto jovem nas eleições. Entretanto, são diversos os desafios enfrentados por essa faixa etária no que diz respeito à política, ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e à convivência no ambiente digital. Este trabalho pretendeu compreender como os jovens cearenses usam as TDICs como ferramenta de participação política e cívica, diante da inserção cada vez mais expressiva das TDICS na sociedade, da crescente presença digital dos jovens e dos desafios de acesso que surgem a partir desse cenário. Para compreender a presença das TDICs no cotidiano dos cidadãos, foi trazido o pensamento de Machado (2016), Corrêa e Brandemberg (2022) e Anjos e Silva (2018). A discussão segue com as interações possibilitadas pelos ambientes digitais com Martino (2014), assim como com o conceito de “nós” (CASTELLS, 2005), ciberespaço (LÉVY, 1999), movimentos sociais na Internet (CASTELLS, 2013) e Sociedade da Informação (WERTHEIN, 2000). Então, inicia-se também a discussão sobre o acesso à Internet na realidade brasileira, com pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Em seguida, Ribeiro e Pulino (2019) e Silva (2016) integram o debate sobre o tema das juventudes políticas no contexto digital. Compreendidas essas questões, a metodologia contou com a realização de grupos focais e a aplicação de questionários individuais, com intuito de ouvir os jovens sobre o que pensam de situações-problema propostas pela pesquisadora com os temas de cidadania digital, democracia e voto jovem, engajamento cívico e político *online*, serviço público *online*, cidadania ativa e representatividade na política. Percebeu-se que ser politicamente ativo foi uma questão que gerou dúvidas entre os jovens, mesmo depois de discussões sobre temas cidadãos, propostas de solução para cidade, feitas em manifestações no ambiente coletivos (como na escola e nas redes sociais) e mencionar que é necessário, para exercer a cidadania, acompanhar os mandatos dos/as representantes eleitos. A partir da vivência em campo, os participantes relataram experiências como ações do grêmio estudantil da sua escola, criação de movimento nas redes sociais contra *fake news* por meio de *hashtags* e compartilhamento de imagens em defesa da causa coletiva, propuseram soluções para as problemáticas relacionadas, por exemplo, ao transporte, à alimentação, à educação, às atividades dedicadas à juventude, ao dia a dia na escola, dentre outras temáticas que citaram ao longo do grupo focal, demonstrando uma visão política e transformadora do mundo ao seu redor.

Palavras-chave: Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Cidadania Digital. Juventude. Política.

ABSTRACT

In 2022, a significant drop in the number of young voters over the past thirty years has been observed. As a way to generate engagement, several organizations used platforms and social networks to share campaigns to encourage young people to vote in elections. However, there are several challenges faced by this age group with regard to politics, the use of Digital Information and Communication Technologies (TDICs) and coexistence in the digital environment. This work intended to understand how young people from Ceará use TDICs as a tool for political and civic participation, given the increasingly significant insertion of TDICs in society, the growing digital presence of young people and the access challenges that arise from this scenario. In order to understand the presence of TDICs in the daily lives of citizens, the thinking of Machado (2016), Corrêa and Brandemberg (2022) and Anjos e Silva (2018) was brought up. The discussion continues with the interactions made possible by digital environments with Martino (2014), as well as with the concept of “us” (CASTELLS, 2005), cyberspace (LÉVY, 1999), social movements on the Internet (CASTELLS, 2013) and Society of Information (WERTHEIN, 2000). Then, the discussion on Internet access in Brazilian reality also begins, with research from the Regional Center for Studies for the Development of the Information Society. Then, Ribeiro and Pulino (2019) and Silva (2016) integrate the debate on the theme of political youth in the digital context. Once these issues were understood, the methodology involved holding focus groups and applying individual questionnaires, with the aim of listening to young people about what they think about problem situations proposed by the researcher with the themes of digital citizenship, democracy and youth voting, engagement civic and political online, public service online, active citizenship and representativeness in politics. It was noticed that being politically active was an issue that raised doubts among young people, even after discussions on citizen issues, proposals for solutions for the city, demonstrations in collective environments (such as at school and on social networks) and mentioning that it is necessary to , to exercise citizenship, monitor the mandates of elected representatives. From the experience in the field, the participants reported experiences such as actions of the student union of their school, creation of movement in social networks against fake news through hashtags and sharing of images in defense of the collective cause, proposed solutions for the related problems, for example, transport, food, education, activities dedicated to youth, everyday life at school, among other topics mentioned throughout the focus group, demonstrating a political and transformative vision of the world around them.

Keywords: Digital Information and Communication Technologies. Digital Citizenship. Youth. Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Questão 1 do questionário de encerramento dos grupos focais sobre expressar a opinião no grupo focal	58
Gráfico 2	– Questão 4 do questionário de encerramento dos grupos focais sobre os temas do grupo focal	59
Gráfico 3	– Questão 1 do questionário individual sobre participação política	60
Gráfico 4	– Questão 2 do questionário individual sobre título de eleitor	60
Gráfico 5	– Questão 3 do questionário individual sobre a emissão do título de eleitor ..	61
Gráfico 6	– Questão 4 do questionário individual sobre se sentir representado pelas figuras políticas institucionais atualmente	62
Gráfico 7	– Questão 5 do questionário individual sobre consumo de conteúdos políticos <i>online</i>	63
Gráfico 8	– Questão 6 do questionário individual sobre consumo, compartilhamento e criação de conteúdos políticos <i>online</i>	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Democracia e voto jovem	43
Figura 2 – Cidadania digital	45
Figura 3 – Cidadania ativa	48
Figura 4 – Engajamento cívico e político online	52
Figura 5 – Representatividade na política	54
Figura 6 – Serviço público online	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet no Brasil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEEP	Escola Estadual de Ensino Profissional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEC	Inteligência em Pesquisa e Consultoria
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
ONU	Organização das Nações Unidas
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual
-A	
TDICs	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	19
<i>2.1.1</i>	<i>As interações criadas pelos ambientes digitais</i>	19
<i>2.1.2</i>	<i>O acesso à Internet na realidade brasileira</i>	22
2.2	Da cidadania à cidadania digital	25
<i>2.2.1</i>	<i>A digitalização da cidadania</i>	27
2.3	As juventudes políticas no contexto digital	29
<i>2.3.1</i>	<i>Os desafios de engajamento político por jovens no ambiente digital</i>	33
3	METODOLOGIA	35
3.1	Grupo focal e dinâmicas	37
3.2	Participantes da pesquisa	39
3.3	Ferramentas de coleta de dados	39
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
4.1	Grupos focais	42
<i>4.1.1</i>	<i>Democracia e voto jovem</i>	43
<i>4.1.2</i>	<i>Cidadania digital</i>	45
<i>4.1.3</i>	<i>Cidadania ativa</i>	48
<i>4.1.4</i>	<i>Engajamento cívico e político online</i>	52
<i>4.1.5</i>	<i>Representatividade na política</i>	54
<i>4.1.6</i>	<i>Serviço público online</i>	55
4.2	Questionários	58
<i>4.2.1</i>	<i>Questionário de Encerramento</i>	58
<i>4.2.2</i>	<i>Questionário Individual</i>	59
4.3	Discussões	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	70
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDANTES)	75
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RESPONSÁVEIS)	77

APÊNDICE C - FERRAMENTA PARA GRUPO FOCAL	79
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE ENCERRAMENTO DO GRUPO FOCAL	81
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL	83

1 INTRODUÇÃO

A queda no número de jovens eleitores no Brasil vem sendo observada desde 1992 (CRUZ, 2022), segundo dados de pesquisas da Justiça Eleitoral sobre o engajamento político tradicional desse grupo etário. A legislação eleitoral brasileira permite que jovens que tenham 16 anos no dia das eleições, mesmo que não sejam obrigados, possam votar. Neste ano de 2022, faltando menos de uma semana para o prazo de regularização ou emissão do título de eleitor, o número de jovens eleitores entre 15 e 17 anos estava na faixa de um milhão, número que, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) era a menor população de jovens eleitores em 20 anos (BRASIL, 2022).

Diante deste cenário, instituições como o próprio TSE realizaram um movimento de mobilização eleitoral desses jovens com a Semana do Jovem Eleitor. O movimento contou com personalidades da cultura *pop* brasileira, como a cantora Anitta¹, atores internacionais como Leonardo DiCaprio² e Mark Ruffalo³, além de entidades⁴ que articularam mutirões⁵ e campanhas⁶ de incentivo ao cadastramento eleitoral dos jovens em tempo hábil para sua participação nas eleições do dia 2 de outubro de 2022.

As iniciativas tinham o objetivo de auxiliar na emissão ou regularização do título de eleitor através do sistema *online* TítuloNet ou por meio do atendimento presencial da Justiça Eleitoral. Para isso, criaram *hashtags* como “#MeuPrimeiroVoto”, “#TiraOTítuloHoje”, “#mutiraodovoto”, “#SeuVotoImporta” (esta última relativa à campanha da *Girl Up* existente desde 2020) e conteúdos de comunicação divertida e descontraída, direcionados e criados para a faixa etária dos potenciais eleitores, com o intuito de estimular a sua participação nas votações, direito este descrito na Constituição Federal de 1988 como opcional a partir dos 16 anos e obrigatório a partir dos 18 anos.

Após as ações, segundo dados oficiais, o número de jovens eleitores saiu de cerca de um milhão para mais de dois milhões de jovens eleitores cadastrados até a data limite estabelecida pelo TSE, no dia 4 de maio de 2022, superando marcas históricas de atendimento próximo ao final do prazo (BRASIL, 2022).

¹ Disponível em: <<https://twitter.com/Anitta/status/1521580007516258304>> Acesso em: 3 maio, 2022.

² Disponível em: <<https://twitter.com/LeoDiCaprio/status/1521186618333437953>> Acesso em: 2 maio, 2022.

³ Disponível em: <<https://twitter.com/MarkRuffalo/status/1521868062999339011>> Acesso em: 4 maio, 2022.

⁴ Iniciativa Seu Voto Importa do Movimento *Girl Up*. Disponível em: <<https://seuvotoimporta.org/>> Acesso em: 16 maio, 2022.

⁵ Mutirão Cada Voto Conta do coletivo NOSSAS. Disponível em: <<https://cadavotoconta.org.br/>> Acesso em: 16 maio, 2022.

⁶ Iniciativa Olha o Barulhinho. Disponível em: <<https://www.olhaobarulhinho.com/>> Acesso em: 16 maio, 2022.

Dado o início das campanhas para o engajamento jovem, em Março de 2022, foi registrado um aumento da procura em 45% pelo título entre jovens de 15 a 17 anos em comparação ao mês de Fevereiro de 2022 (BRASIL, 2022). Com efeito, as campanhas realizadas por diversas entidades e coletivos (como TSE, Mídia Ninja, *Girl Up* - sendo este último um movimento mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) -, Coletivo NOSSAS, dentre outras), mobilizaram milhares de jovens para o engajamento na participação política institucional, ressaltando a importância de cada voto na construção democrática e cidadã do Brasil.

Em entrevista para BBC News, Daniela Orofino, diretora-executiva do coletivo Nossas, descreveu a narrativa sobre os jovens neste ano eleitoral como “No começo do ano, a narrativa era ‘o jovem não se importa com a política, o jovem não se importa com as eleições’, e agora a narrativa é ‘o jovem reagiu, deu a volta por cima e vai fazer história na eleição de 2022’” (SANCHES, 2022). A eleição de 2022 contou com a participação de 37,3% dos jovens de 16 e 17 anos (Primeiro Voto, 2022).

A participação dos jovens na política institucional é descrita por Rodrigues; Menezes; Ferreira (2013, p. 3) como a forma convencional de presença política, ou seja, participação eleitoral, partidária e corporativa. Neste sentido, os mesmos autores destacam a presença política dos jovens na contemporaneidade como “[...] diversas e expressivas e, simultaneamente menos institucionalizadas e hierarquizadas, tais como assinar petições, ocupar edifícios ou partilhar conteúdos políticos numa rede social.” (RODRIGUES; MENEZES; FERREIRA, 2013, p. 3). Ainda sobre a participação *online* dos jovens, Batista e Simões (2022) retratam aquela como sendo “[...] mais fluida e personalizada, sugerindo uma mudança de paradigma na maneira como as novas gerações expressam o seu envolvimento cívico e político.” (BATISTA; SIMÕES, 2022, p. 12). Sabendo que não somente o ato de votar como direito cívico representa essa participação, um dos questionamentos deste trabalho está em saber como os jovens estão se envolvendo politicamente hoje.

Essa presença digital, contudo, não se dá de maneira homogênea e nos últimos anos as questões de acesso às tecnologias envolveram, ainda, o tema da desigualdade social também nesta pauta. No que diz respeito à presença dos jovens da Internet, Barbosa (2020) apresenta o agravamento dessas desigualdades digitais diante do contexto da pandemia de COVID-19, a partir de 2020. A autora provoca questões sobre o direito à educação, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o direito ao serviço de conexão à Internet, descrito como essencial para o exercício da cidadania pelo Marco Civil da Internet, de 2014 (BARBOSA, 2020). Diante dos desafios de desigualdade digital, existem jovens que têm atuação

política/social/cívica em redes sociais, plataformas, aplicativos, compartilhando conteúdos políticos, levantando *hashtags*, debatendo, emitindo título de eleitor totalmente *online*, etc, além de jovens que enfrentam obstáculos para criar essa presença *online*, em que há

[...] alunos que queriam se dedicar ao estudo e simplesmente não conseguiam usar o aplicativo adotado pela escola a estudantes de escolas públicas, que precisavam do celular da mãe para receber o exercício do dia por WhatsApp e tinham que esperar até a noite, quando ela chegava do trabalho, para enviar o trabalho de volta ao professor, milhares de crianças, jovens e adolescentes tiveram seu direito à educação negado pela falta de acesso ou pelo acesso de baixa qualidade à Internet. (BARBOSA, 2020, p. 98).

O surgimento da *Web 2.0*, segundo Machado (2016), teve como marco a construção de plataformas colaborativas, em que fosse possível que os indivíduos criem “[...] seu próprio conteúdo, colaborem entre si e construam comunidades.” (MACHADO, 2016). Nesse sentido, diante do crescimento das possibilidades de interatividade e o cenário de funcionamento dos espaços de redes sociais, observa-se que a convivência *online* é permeada de desafios. Cabe citar a pesquisa do Ipec (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), realizada em setembro de 2021, em que 60% dos jovens entrevistados no Brasil “[...] preferem não comentar nada de política nos ambientes polarizados das redes sociais, como forma de evitarem ser julgados, ‘cancelados’ ou tratados de forma agressiva” (CRUZ, 2022).

Movimentos globais como a *Girl Up* entram em destaque neste cenário de polarização, tendo em vista sua atuação, por exemplo, incentivando meninas a fazerem parte de lideranças em prol da igualdade de gênero e construção de políticas públicas pela própria juventude.

Em vista disso, cabe citar que é no ciberespaço (LÉVY, 1999) em que as interações acontecem, possibilitadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), sendo estas dispositivos que naveguem na Internet funcionando por meio digital (como *smartphones*, tablets, computadores, etc), (CORRÊA; BRANDEMBERG 2021).

O exercício da cidadania está cada vez mais permeado pela presença *online*. Logo, cabe trazer a cidadania digital para a discussão, buscando compreender os direitos e deveres tendo em vista o ciberespaço. É possível citar o pensamento de Batista e Simões (2022) quando estes trazem que cidadania digital é caracterizada por:

Essa perspectiva, para além de uma dimensão mais evidente ligada à *participação* e ao *engajamento* cívico e político, considera igualmente dimensões sobre *literacia mediática* e *informacional*, *ética* e ainda *resistência crítica*.” (BATISTA e SIMÕES, 2022, p. 10).

Com isso, é perceptível que o exercício da cidadania digital está para além do uso cotidiano dos dispositivos compreendidos pelas TDICs, visto que aquela compreende também outras competências midiáticas, a busca e compreensão das informações, o uso e a leitura

crítica da mídia, a produção de conteúdos comunicativos, dentre outros que serão abordados adiante neste trabalho.

Portanto, questiona-se: Como os jovens usam as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) como ferramenta de participação social/política? E mais especificamente, como os jovens cearenses têm se apropriado dessas plataformas? Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender como os jovens cearenses, que estão começando sua participação política e que votarão pela primeira vez a partir de 2022, exercem sua cidadania digital em plataformas e sites de redes sociais.

Para tanto, foram descritos três objetivos específicos: compreender como atuam os jovens cívica e politicamente, além da política institucional, partidária e eleitoral; compreender como os desafios de acesso afetam a participação política e cívica destes jovens; e compreender quais são os desafios de engajamento enfrentados nos ambientes digitais.

A fim de descobrir sobre essa participação política juvenil, o recorte de participantes se deu em jovens do ensino médio público cearense. Assim, de forma presencial, foram ouvidos jovens da capital e também do interior do estado do Ceará. Essa escolha se deveu ao acesso que a pesquisadora tinha previamente a este público, pois anteriormente já havia realizado outras atividades acadêmicas de extensão nessas escolas.

Assim, a pesquisadora contou com o apoio de escolas participantes do Media Day, projeto de extensão itinerante da Universidade Federal do Ceará (UFC), que aconteceu do ano de 2015 ao ano de 2020 em Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) e já visitou 12 cidades do Ceará. O projeto contou com a participação de mais de 5.400 jovens e a oferta de 267 oficinas ministradas entre 2015 e 2020. Diversos foram os relatos de alunas e alunos participantes do Media Day.

No segundo capítulo deste trabalho foi discutida a presença das TDICs no cotidiano dos cidadãos com a visão de Machado (2016), Corrêa e Brandemberg (2021), Anjos e Silva (2018); mais especificamente sobre as interações possibilitadas pelos ambientes digitais, com o pensamento de Werthein (2000), Castells (2005), Castells (2013), Lévy (1999), Martino (2014); também sobre as questões que permeiam o acesso da população brasileira à Internet, com a perspectiva das pesquisas realizadas pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e autores como Barbosa (2021), Carvalho (2020) e Frota, Macedo e Pereira (2018). A legislação brasileira também compôs essa perspectiva com o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014).

Também foram discutidos aspectos de cidadania e cidadania digital com autores como Batista e Simões (2022) trazendo conceito de cidadania digital, em uma perspectiva que ainda está em construção, mas engloba aspectos como participação e engajamento cívico e político *online*, literacia midiática e informacional e leitura crítica dos meios. A discussão sobre a digitalização da cidadania traz pontos como a digitalização de serviços cidadãos como emitir o título de eleitor, inscrever-se no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Auxílio Emergencial, dentre outros, levantando questionamentos sobre desigualdades digitais.

Por fim, a última seção do referencial teórico aborda discussões sobre as juventudes políticas no contexto digital, trazendo a visão de Castells (FRONTEIRAS DO PENSAMENTO, 2015) com a perspectiva da autocomunicação, Batista e Simões (2022) com uma descrição da atuação política juvenil contemporânea e Castells (2013), com a perspectiva dos movimentos sociais na Internet. Ademais, Ribeiro e Pulino (2019) e Silva (2016) contribuem para a discussão com as experiências de jovens em movimentos sociais em que a presença das TDICs e do acesso à Internet compôs a atuação política dos participantes daqueles movimentos.

Finaliza-se a sessão com os desafios de engajamento enfrentados pelos jovens na Internet, como o discurso de ódio (SAFERLAB, 2022), o medo do cancelamento (CRUZ, 2022), medo de hostilização por falar de política (Observatório da Juventude na Ibero-América, 2021). Diante de diversas adversidades no convívio *online*, Deister (2022) destaca o aumento de 47,2% pela procura de título de eleitor em 2022 comparado a 2018. A educação midiática também é trazida como perspectiva de atuação cidadã e política para a sociedade (BLANCO, 2022).

O terceiro capítulo diz respeito à descrição da metodologia da pesquisa, que possui caráter qualitativo e contou com a realização de grupos focais com jovens que se encaixavam no perfil de primeira eleição a partir de 2022. As sessões foram realizadas em Fortaleza, na EEEP Júlia Giffoni, e na cidade de Palmácia, na EEEP Giselda Teixeira. Também foram aplicados dois questionários para dados complementares. O primeiro com intuito de colher as opiniões dos jovens sobre o grupo focal, e o segundo para saber sobre as vivências relacionadas à política *online*.

No quarto capítulo do presente trabalho, são levantadas as discussões a partir da apresentação dos resultados obtidos nos grupos focais e nos questionários individuais respondidos pelos jovens participantes da pesquisa, com objetivo de buscar compreender os aspectos de atuação política para além da política tradicional, desafios de acesso à dispositivos TDICs e à Internet e desafios de engajamento nos ambientes *online*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão articuladas as discussões sobre Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), digitalização da cidadania e como diversos autores e autoras têm descrito a participação e o engajamento digital dos jovens diante do contexto cívico/político na Internet.

2.1 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

A popularização da Internet e dos dispositivos tecnológicos na década de 1990 (MACHADO, 2016) trouxe possibilidades de uso das Tecnologias da Informação e Comunicação que ultrapassaram os ambientes das universidades e centros tecnológicos chegando no dia a dia das pessoas que têm a oportunidade de possuir um computador pessoal, acesso à rede e alguma capacidade técnica. Com o surgimento das mídias digitais, a palavra “digital” também passou a integrar essa realidade.

Segundo Corrêa e Brandemberg (2021), o termo Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) descreve aqueles dispositivos que possibilitam o acesso à Internet, tais como *smartphones*, *tablets*, computadores, em que o termo “digital” é trazido como uma facilidade de acesso à informação “[...] ao simples toque dos dedos, [...]” (CORRÊA; BRANDEMBERG, 2021), sendo estes dispositivos não mais analógicos.

Estas seriam, ainda, tecnologias que possibilitam a integração de diversos formatos, como imagem, som, vídeo, aplicativos, *softwares*, jogos, dentre outros, e que ampliam as possibilidades de comunicação devido à possibilidade de conexão com a Internet (ANJOS, SILVA, 2018 *apud* VALENTE, 2013).

Diante desse cenário, Machado (2016, *apud* Castells, 2000), afirma que a aplicação dos conhecimentos e informações disponíveis na rede para a geração de novos conhecimentos é o que caracteriza a revolução tecnológica contemporânea. Além disso, Machado (2016) ainda cita o surgimento da *Web 3.0*, em que se tem a organização e produção de conteúdos, de forma mais personalizada, caracterizando uma nova geração de interações *online*.

2.1.1 As interações criadas pelos ambientes digitais

As interações nos ambientes digitais criadas através das TDICs geram um novo contexto comunicacional, em que o tanto o ambiente como as interações entre os atores são

virtuais. Para explorar esta dinâmica, é possível trazer para a discussão a perspectiva de Pierre Lévy (1999) sobre a cibercultura, o conceito de “sociedade da informação” na visão de Werthein (2000) e Manuel Castells, como também a definição de “nós” descrita por Castells.

Diversas práticas cotidianas podem ser percebidas *online*, como bate-papos, manifestações culturais, produções artísticas, compartilhamento de conteúdo, entre outras. Estas, por sua vez, são descritas por Lévy (1999) como cibercultura. A diferença entre tais práticas e as práticas culturais, segundo Martino (2014 *apud* Lévy, 1999) é o ambiente em que são exercidas, visto que as práticas *online* acontecem devido a conexão das pessoas a um dispositivo TDIC com Internet, interagindo no ciberespaço.

A expansão do ciberespaço é delineada pelo maior número de interações, recursos, usuários e comunidades conectadas, estas “[...] gerando e trocando informações, saberes e conhecimentos [...] aplicativos, *sites*, programas, e assim por diante.” (MARTINO, 2014, p. 28). Todavia, estar conectado e presente no ciberespaço não é suficiente para usufruir de potenciais oportunidades (como de estudo, trabalho, participação, comunicação, utilização de recursos) no ambiente *online*, tampouco para fazer parte da “sociedade da informação”.

A denominação do atual contexto social como “da informação”, “informacional”, “em rede” começou a ser usada no últimos anos do século XX (Werthein, 2000) diante do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para processos produtivos, políticos, econômicos, sociais e culturais (Werthein, 2000 *apud* Agudo Guevara, 2000) que, por consequência, geram impactos sociais e econômicos devido a inserção dessas tecnologias, atreladas posteriormente ao uso da Internet, e assim ao digital, na sociedade contemporânea. Diante da visão da obra de Castells “La Era de la Información”, dividida em três estudos, sendo estes “La sociedad Red” (1996), “El Poder de la identidad” (1997) e “Fin de Milenio” (1998), Brandão (2018) descreve esse panorama:

As alterações estruturais da economia mundial são desencadeadas por essas articulações em rede, no qual a informação e o conhecimento são pilares fundamentais nas dinâmicas laborais e empresariais. Estes dois conceitos, na forma de meios concretos, materializam-se com o recurso à tecnologia, o que leva a que, à sua existência, esteja relacionada a polarização e a exclusão de países que não dispõem de tanta acessibilidade e, por isso, de tanta informação. A globalização acaba por não servir como solução a esta contingência, [...] (BRANDÃO, 2018, on-line)

A dinâmica das redes sociais e da sociedade em rede, segundo Martino (2014 *apud* Castells) delinea-se pelo conjunto de pontos, denominados “nós”, conectados entre si. Uma rede, portanto, seria “[...] uma estrutura complexa de comunicação, na qual os vários nós interagem em múltiplas ligações.” (MARTINO, 2014, p. 100). Diante das ligações, os atores nas redes sociais criam as chamadas comunidades virtuais de acordo com seus interesses e,

como o próprio termo já descreve, pontos em comum. As comunidades virtuais seriam, portanto, um arranjo de relações sociais presentes no ciberespaço (MARTINO, 2014 *apud* RHEINGOLD), que crescem não somente pelas tecnologias, mas pelas “[...] interações, vontade, afetos e conhecimentos compartilhados - [...]” (MARTINO, 2014, p. 45).

Essa dinâmica desencadeia aspectos da coletividade *online*, descrita por Pierre Lévy como “inteligência coletiva” (MARTINO, 2014). Esta seria, por sua vez, a associação de ideias, conhecimentos e competências vivenciadas pelas pessoas no ciberespaço, em que tem-se a possibilidade de contribuição por cada indivíduo na construção de saberes e conhecimentos que deveriam ser de todos e para todos nos ambientes virtuais.

Nesse contexto, é possível inferir, diante do pensamento de Machado (2016 *apud* Castells, 1999), que a interatividade entre pessoas na rede (entre si e com os conteúdos) mudaria nossa cultura dali em diante. É cabível citar o surgimento da *Web 2.0*, a qual segundo Machado (2016), teve como marco a construção de plataformas colaborativas, com a possibilidade dos indivíduos criarem “[...] seu próprio conteúdo, colaborem entre si e construam comunidades.” (MACHADO, 2016, p. 2).

A visão de Castells (2013) sobre a era da informação traz, ainda, a perspectiva da autocomunicação. Nesta, a lógica da comunicação de massas é revertida diante da possibilidade dos interagentes passarem da posição de meros receptores à criadores de conteúdos, os quais interagem e criam movimentos sociais com os recursos das redes.

Werthein (2000) critica a complexidade da conjuntura social “em rede” já descrita por Castells, o termo “sociedade da informação”, pontuando os desafios enfrentados pelas pessoas diante de um contexto em que quanto mais informação, tem-se mais renda, oportunidades e desenvolvimento, citando aspectos tais como

As desigualdades de renda e desenvolvimento industrial entre os povos e grupos da sociedade reproduzem-se no novo paradigma. Enquanto, no mundo industrializado, a informatização de processos sociais ainda tem de incorporar alguns segmentos sociais e minorias excluídas, na grande maioria dos países em desenvolvimento, entre eles os latino-americanos, vastos setores da população, compreendendo os médios e pequenos produtores e comerciantes, docentes e estudantes da área rural e setores populares urbanos, adultos, jovens e crianças das classes populares no campo e na cidade, além daquelas populações marginalizadas como desempregados crônicos e os “sem-teto” engrossam a fatia dos que estão ainda longe de integrar-se no novo paradigma (Agudo Guevara 2000).” (WERTHEIN, 2000, p. 73)

Portanto, para que a perspectiva de Castells (2013) seja viável à todos na denominada “sociedade da informação”, deve-se considerar uma série de aspectos, tais como questões de letramento digital, educação midiática, alfabetização, raça e cor, contexto socioeconômico e acesso à dispositivos TDIC. Além destes, a convivência *online* contemporânea enfrenta diversos obstáculos, como a polarização dos discursos, levando a diversas violências *online*, o

discurso de ódio e a identificação e combate à desinformação. Para entender, primeiramente, o panorama de conexão, é preciso compreender o acesso à Internet na realidade brasileira.

2.1.2 O acesso à Internet na realidade brasileira

A pesquisa TIC Domicílios 2021 revela que 82% dos domicílios brasileiros têm algum tipo de acesso à Internet, sendo fibra óptica ou cabo (mais estabilidade) ou rede móvel 3G/4G (menos estabilidade). Esta porcentagem diminuiu três pontos percentuais em relação ao ano de 2020 (64% em 2020 e 61% em 2021), principalmente aos segmentos socioeconômicos mais vulneráveis, ou seja, as classes C e DE.

A TIC Domicílios 2020 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC-A), realizada no 4º trimestre de 2021, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trazem que os principais motivos de não adesão à conexão são o custo muito alto (28% das respostas na TIC Domicílios 2020 e o principal motivo no indicador “Domicílios e Moradores em que não havia utilização da Internet” na PNADC-A) e o desconhecimento dos moradores no que diz respeito à utilização da Internet (20% na TIC Domicílios 2020).

O ranking Global Connectivity Index do Huawei de 2020 mostra que o Brasil fica abaixo da média no indicador de demanda por conectividade no contexto de usuários e atividades.

O Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014) afirma que, para um exercício pleno da cidadania, é de suma importância a conexão com a Internet e o acesso a dispositivos TDICs. Visto o primeiro e principal motivo de não adesão à conexão, questiona-se o papel do governo sobre a criação de políticas públicas para que o exercício dessa cidadania seja possível, com pautas como *wi-fi* em locais públicos ou planos de baixo ou nenhum custo. Quanto ao desconhecimento, isso revela um cenário em que temos muitos serviços e possibilidades *online*, mas ainda temos pessoas descontextualizadas dessa realidade e, portanto, excluídas.

Em 2019, houve um aumento significativo de domicílios com acesso à Internet das classes C e DE, passando de 80% e 50% em 2019, para 91% e 64% em 2020, respectivamente. Tal aumento se deu devido ao volume de atividades realizadas *online* durante a pandemia, desde trabalhos remotos à aulas transmitidas pela Internet (CGI.br, 2022).

Aprofundando mais esses dados, ressalta-se a utilização exclusiva do celular para realização das atividades na rede, que se deu para mais da metade (58%) da população usuária

do dispositivo para acessar a Internet (99%). Ademais, o uso exclusivo do dispositivo móvel mostrou-se “[...] predominante entre os que residem na região Nordeste (72%) e que se autodeclararam pretos (65%) ou pardos (60%)” (TIC Domicílios 2020).

Nos resultados de 2022, a região Nordeste aparece com 77% dos domicílios com acesso à Internet, sendo 54% por fibra óptica ou cabo e ainda 16% somente por rede móvel 3G/4G (CGI.br, 2022). Na região Sul, apenas 11% usa apenas rede móvel, enquanto 73% da população tem acesso à fibra óptica ou cabo (CGI.br, 2022), evidenciando a divergência de realidade entre os principais tipos de conexão (indicador A4) na realidade da região Nordeste e Sul.

O uso do celular é limitado devido à uma série de fatores como tamanho da tela, acessibilidade, instabilidade da rede móvel, entre outros. Fora o fator da necessidade de compartilhamento de material de estudo como traz BARBOSA (2021, p. 98): “[...], quase metade dos usuários das classes DE (44%) tinha que compartilhar o celular para realização das atividades. Nas classes AB, esse percentual foi apenas 6% (CGI.br, 2020c)”. À vista disso, as questões de desigualdade digital tornam-se parte deste debate.

Em 2021, o indicador C16A revela o uso exclusivo pelo celular em crescimento com relação aos dados da TIC Domicílios 2019, divulgada antes do início da pandemia. O total cresceu em 6 pontos percentuais (pp), passando para 64%. Em destaque, encontra-se a região Nordeste com 75%, a classe DE com 89% e a população autodeclarada parda, com 69% do acesso exclusivo pelo celular (CGI.br, 2022).

Na realidade das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, o cenário de uso do dispositivo móvel lidera desde 2014, quando subiu de 53% em 2013 para 82% em 2014. Em 2021, 93% dos jovens acessam a Internet pelo celular (CGI.br; NIC.br; CETIC.br, 2022). O indicador A3 evidencia que 54% dos jovens de 15 a 17 anos no Brasil têm acesso apenas pelo celular.

Neste ano, 93% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos tinham acesso à Internet. O menor percentual de acesso foi da classe DE, com 86%. No Nordeste, há uma diferença significativa de 79% em 2019 para 92% em 2021. Do total, 2,1 milhões tinham um contexto domiciliar em que não possuíam nem computador nem acesso à Internet (CGI.br; NIC.br; CETIC.br, 2022).

É perceptível que o acesso têm crescido no Brasil, tanto dos jovens como da população em geral. Todavia, o acesso em crescimento permeia diversos aspectos. Estar conectado ao ciberespaço não é suficiente para usufruir de direitos e oportunidades *online*. Castells (2005 *apud* BONILLA; PRETO, 2011) afirma que existem três formas de estar

excluído digitalmente. A primeira diz respeito à falta de acesso à Internet ou dispositivos TICs; a segunda sobre a capacidade técnica para usar e interagir no ciberespaço; e a terceira refere-se ao letramento, sendo a forma mais alarmante de exclusão digital por perpassar a exclusão cultural e educacional, sendo descrita por não saber que tipo de acesso usar, quais informações procurar, como combiná-las e aplicá-las ao dia dia.

Com a dinâmica das redes sociais, pode-se estar propenso a não saber identificar desinformações ou mensagens maliciosas, ser vítima de ataques cibernéticos como golpes de falsas lojas e plataformas digitais, *phishing* (roubo de dados como senhas, números de cartão, documentos, etc, por links disfarçados), *doxing* (exposição de dados pessoais), entre outras situações que podem acontecer no virtual.

Os dados pessoais também fazem parte da dinâmica da cibercultura. A constante troca de informações, acesso a determinadas plataformas e serviços por dados pessoais dá a falsa impressão de personalização, visto que estes dados geram receita para grandes empresas de forma não transparente. À saber, dados pessoais dizem respeito não apenas à senhas, data de nascimento, CPF, etc, mas principalmente, à horários de acesso à Internet, sites mais visitados, publicações de rotina, localização, hábitos, dentre outros, sendo estes os dados mais sensíveis.

Portanto, percebe-se que uma série de competências são necessárias para atuar, ler e estar protegido no ciberespaço. Assim, cabe citar a educação midiática neste estudo, visto que acessar, analisar, avaliar criticamente, comunicar e criar em diferentes formatos (CAPRINO, 2015) são competências importantes no exercício da cidadania, agora também digital.

As competências midiáticas estão inclusas na multidimensionalidade proposta por Batista e Simões (2022, *apud* CHOI, 2016) da cidadania digital. No conceito em questão, são apresentadas quatro categorias para o exercício pleno da cidadania digital, sendo

Uma primeira categoria - ética - diz respeito a questões relacionadas com o uso ético, seguro, responsável e apropriado da tecnologia. Uma segunda categoria diz respeito à literacia mediática e informacional, incluindo competências e a capacidades para aceder, usar, criar e avaliar informações e também comunicar com outras pessoas *online*. Uma terceira categoria corresponde especificamente à participação e ao envolvimento, e inclui participação *online* de natureza política, econômica e cultural. Finalmente, uma quarta categoria contempla a resistência crítica - relacionando-se com participação mais criativa e de natureza subversiva, seja por via da crítica às estruturas de poder que exploram situações não controladas *online*, seja por via do ativismo político utilizando as redes sociais. [...] orientar heurísticamente a pesquisa sobre cidadania digital [...]” (BATISTA e SIMÕES, 2022, p. 13-14).

Dessa maneira, é nítido que o exercício da cidadania digital, diante da realidade brasileira, enfrenta diversos desafios. Barbosa (2021) traz em sua análise que os impactos da

precarização do acesso atingem não somente o usufruto dos serviços *online*, como também “[...] a exposição da população à epidemia da desinformação, a qual corre junto com o coronavírus no país e tem consequências seríssimas para a saúde coletiva neste momento.” (BARBOSA, 2021, p. 99). Para Carvalho (2020), as desigualdades estruturais e as competências digitais caminham lado a lado, em que as oportunidades de participação cívica *online* diferem de acordo com a realidade dos usuários.

O panorama de dificuldades da parcela de pessoas que não tem acesso à rede é amplo. Quando colocada diante de problemas que já afetam a população de forma geral, essa parcela se torna duplamente prejudicada. Barbosa (2021, p. 96) mostra esse cenário:

[...] a precariedade do acesso - sem banda larga fixa ou sem rede móvel 4G - e o cruzamento dos dados com as desigualdades de classe e raça no Brasil revelam o tamanho do desafio que já tínhamos pela frente. Tudo isso antes de o coronavírus nos impor uma nova dinâmica relacionada a serviços e direitos, trabalho, educação, acesso à informação e à cultura e sociabilidade ainda mais medida pela Internet. Com ela, as desigualdades já presentes não apenas se tornaram mais visíveis, como se intensificaram. (BARBOSA, 2021, p. 96).

O número insuficiente de equipamentos, falta de suporte técnico, falta de capacitação de professores, velocidade de conexão são alguns problemas que Barbosa (2021) ressalta em seu estudo. A inclusão digital, segundo Frota, Macedo e Pereira (2018), é uma questão que vai além do aparato técnico: “Ter ou não ter acesso à infraestrutura tecnológica é apenas um dos fatores que influenciam a inclusão/exclusão digital, mas não é o único, nem o mais relevante” (FROTA; MACEDO; PEREIRA, 2018, p. 48).

No contexto dos jovens, a diferença entre quem tem acesso e quem não tem se destaca mais ainda de acordo com o tipo de escola, se pública ou privada, se rural ou urbana, aumentando mais ainda as desigualdades.

Portanto, apesar da presença das TDIC no dia a dia, há uma grande desigualdade em sua distribuição na sociedade (CORRÊA; DIAS, 2016). Esse contexto é bem mais acentuado em países que sofrem de desigualdade social historicamente como o Brasil.

2.2 Da cidadania à cidadania digital

A cidadania é definida por Pinsky e Pinsky (2013) como “[...] ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos.” (PINSKY; PINSKY, 2013). Os mesmos autores resgatam que o direito ao voto nem sempre esteve associado à igualdade. Este já esteve exclusivamente nas mãos daqueles que estavam na elite

masculina branca, com determinados empregos e possuidores de heranças materiais e imateriais.

Neste sentido, ainda diante do pensamento de Pinsky e Pinsky (2013), o exercício da democracia, conquista trazida com a república para dar espaço e voz ao povo, está diretamente associado à cidadania.

Para a realidade digital, a noção de democracia e cidadania não deve ser diferente. De acordo com o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014), o acesso à Internet torna-se essencial para o exercício pleno da cidadania. Entretanto, apesar de já haver diversos serviços públicos digitalizados, o fornecimento de banda larga e móvel não faz parte das políticas públicas brasileiras de forma efetiva (BARBOSA, 2021).

A cidadania digital, portanto, deveria se fazer presente nas diversas realidades sociais brasileiras para a construção de um ambiente *online* justo e democrático. A ampliação do entendimento de cidadania para o âmbito digital, já vem sendo discutida por diversos autores e autoras.

Segundo Frota, Macedo e Pereira (2018 *apud* Silveira, 2003), o direito à comunicação e à inclusão digital tratam-se de uma questão de cidadania. A perspectiva trazida por Batista e Simões (2022, p. 10 *apud* CHOI, 2016), descreve cidadania digital diante de sua multidimensionalidade, como sendo “[...] uma dimensão mais evidente ligada à *participação* e ao *engajamento* cívico e político, considera igualmente dimensões sobre *literacia midiática* e *informacional*, *ética* e ainda *resistência crítica*.”, sendo perceptível que aquela perpassa aspectos tanto de acesso à Internet de qualidade e às TDICs, como também no que diz respeito às competências midiáticas.

Diante disso, Batista e Simões (2022) trazem também a perspectiva de Mossberger, Tolbert e McNeal (2007, p. 1), em que a cidadania digital estaria vinculada “[...] a simples utilização de meios digitais *online* e a capacidade de tirar partido destes - participação desta forma na ‘sociedade digital’ -” (BATISTA; SIMÕES, 2022, p. 13). Todavia, esta visão não traz questões de desigualdade digital. A oportunidade de participação *online*, seja em uma rede social seja em um serviço público, está ligada, também, à qualidade da Internet, do dispositivo, se o acesso é móvel ou não e das competências midiáticas do indivíduo.

Bonilla (2001) traz em sua perspectiva a importância da apropriação das TICs pelos cidadãos diante da potencialidade do uso dos dispositivos e da Internet.

(Re)construir conhecimentos, expressar-se criativa e apropriadamente e produzir e gerar informações são capacidades que qualquer ser humano pode desenvolver, com ou sem as TIC. No entanto, essas tecnologias potencializam essas capacidades e abrem espaço para o surgimento de outras, independentemente de termos ou não um curso especializado. Portanto, é possível trabalhar com a noção de fluência em TIC

em todas as esferas sociais, relacionando com o conceito de cidadania e enfatizando o papel da Educação nesse processo, educação que acontece em todos os espaços de aprendizagem, formais ou não, e não apenas em cursos especializados.” (BONILLA, 2001)

2.2.1 A digitalização da cidadania

Tendo em vista que diversos serviços públicos essenciais são oferecidos pela Internet, como foi Auxílio Emergencial da Caixa Econômica Federal oferecido em 2020 devido a pandemia de Covid19, a inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), prova que já perpassa desigualdades na educação e o TítuloNet, sistema para a regularização e emissão do título de eleitor (este último também presencial), é perceptível que o exercício pleno da cidadania é comprometido devido à baixa qualidade de acesso à Internet e a indisponibilidade de dispositivos, seja pelo preço ou pela falta de letramento, tornando nítido que a digitalização dos serviços afeta as oportunidades e a cidadania.

No contexto da pandemia de covid-19 que começou em março de 2020, algumas ações foram realizadas por órgãos como o Ministério Público Federal na tentativa de acolher as dificuldades enfrentadas por diversos brasileiros e brasileiras que não possuíam acesso, ou este era precário, ou nem mesmo possuíam dispositivos e habilidades suficientes para usufruir de benefícios ou serviços que exigiam acesso à rede.

O sistema do auxílio emergencial, por exemplo, gerou uma ação civil pública por parte do Ministério Público Federal e Ministério Públicos Estaduais, dentre outros órgãos, contra a Caixa Econômica Federal “[...] com objetivo de obrigá-las a aperfeiçoar o sistema de auxílio emergencial para que pessoas em situação de rua e migrantes pudessem recebê-lo.” (BARBOSA, 2021, p. 97), o que demonstra a precariedade quanto às condições para o exercício da cidadania por muitos indivíduos.

Em suma, pode-se afirmar que a conexão às redes é superestimada no que diz respeito ao acesso à informação, visto que ter equipamentos (TDICs) ou meios de usar a Internet não dizem respeito somente ao processo de saber usar essas tecnologias, como também conseguir achar as informações e ainda conseguir compreendê-las.

As políticas públicas relacionadas ao acesso à Internet de qualidade por meio de instrumentos como as TDICs não são suficientes diante da constante presença destas no cotidiano do Brasil, como já afirmou Barbosa (2021), para o estudo, trabalho, saúde e informação. Martini (2005, *apud* FROTA; MACEDO; PEREIRA, 2011, p. 48) sustentam, ainda, em seu estudo que “Cabe a eles [esferas do governo e poder local] proporcionar a

oportunidade de incluir a população nos benefícios do mundo em rede, promover a cidadania digital e consolidar os direitos à cidadania”.

A pesquisa TIC Governo Eletrônico 2021 revela que, no contexto da pandemia de COVID-19, em que houve um crescimento significativo do uso de dispositivos TDIC e necessidade de acesso à Internet, 55% das prefeituras disponibilizaram recursos aos alunos e professores da rede municipal de ensino, mas apenas 17% proporcionou conexão à Internet para os alunos(as), com pacote de dados, *chip* ou outros subsídios.

Com isso, percebe-se que apesar das movimentações governamentais para o acesso à informação, desde o ano 2000 com o surgimento do Programa de Governo Eletrônico do Estado brasileiro, perpassando a criação e disponibilização do Portal da Transparência, as diretrizes do Marco Civil da Internet, o surgimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, enfim, a criação do portal único gov.br em 2019, o qual concentra diversos serviços prestados pelo governo federal em uma só plataforma, o cenário brasileiro ainda é marcado por desigualdades e carece de programas de educação para as mídias de forma ampla.

Para além da alfabetização, definida por Bonilla (2001) pela decodificação e compreensão dos elementos no contexto digital, a inclusão digital se fundamenta na cidadania, no desenvolvimento de habilidades de pesquisa e produção de conteúdos da Internet (FROTA; MACEDO; PEREIRA, 2018), e na análise, organização e socialização das informações e conhecimentos.

Para Bonilla (2001), para que isso se torne parte da realidade, “[...] uma política de educação de qualidade é fundamental”. Ainda diante da análise da autora, iniciativas como o Programa SocInfo no Brasil, lançado em 1999, possuía limitações principalmente na interpretação das competências necessárias para um cidadão estar incluído na Sociedade da Informação. A democratização e universalização do acesso e da “alfabetização” digital deveria integrar também a participação efetiva, em que as pessoas “[...] têm a capacidade não só de usar e manejar o novo meio, mas também de prover serviços, informações e conhecimentos” (BONILLA, 2001).

No contexto dos jovens de 16 a 24 anos, o serviço mais acessado ou procurado foi o de educação pública (45%), como Enem, Prouni, matrículas em escolas ou universidades públicas. Porém, apenas 24% dos jovens em 2021 procuraram ou acessaram esses serviços, um número menor que em 2019 (25%) (CGI.br, 2022). Com isso, torna-se evidente que no contexto de transformações digitais que o Brasil vive, a “geração digital” se constitui de forma desigual, sem abranger todos os jovens (CARVALHO, 2020) em sua diversidade de

contextos, classes, raças e necessidades de conexão e discussão/prática de questões de educação midiática.

2.3 As juventudes políticas no contexto digital

Em entrevista à *Fronteiras do Pensamento* (2015), Manuel Castells diz que a juventude contemporânea tem o poder da autocomunicação. Esta, que simboliza a autonomia dos indivíduos, a autogestão, a capacidade de obter e compartilhar informação de forma autônoma, criando redes dinâmicas que não mais receptores e emissores têm uma relação vertical. Para o autor

[...] o fundamental das mentes humanas é como pensamos, e como pensamos depende de como comunicamos e em que universo de comunicação estamos. A juventude é uma juventude de cultura digital. E os adultos não o são. Insisto, não é o uso ou não uso da Internet, é a forma de pensar. A juventude é capaz de autocomunicar-se, A juventude é capaz de autoinformar-se, porque os jovens assumiram os novos instrumentos tecnológicos (CASTELLS, 2015).

Batista e Simões (2022) descrevem o envolvimento político e cívico dos jovens que têm acesso ao compartilhamento e busca de informações por meio das TDICS, fluido e personalizado. A perspectiva pode diferir entre jovens urbanos e rurais. À luz da perspectiva destes autores, pode-se inferir que os jovens contemporâneos possuem “[...] a possibilidade de utilizar a Internet e outros recursos digitais como meios mais informais e flexíveis de participação cívica, proporcionando envolvimento político de natureza não hierárquica e descentralizada.” (BATISTA; SIMÕES, 2022, p. 12).

Castells (2013) discutiu a possibilidade de autonomia existente na Internet como oportunidade para construção e atuação dos movimentos sociais, visto que aquela estaria “[...] muito além de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerce de seu poder.” (CASTELLS, 2013, p. 10), sendo possível trazer a perspectiva de Rodrigues, Menezes e Ferreira (2013), na qual a participação política dos jovens contemporâneos é descrita como diversa e expressiva, atuando além da política eleitoral, partidária e institucional.

Estes, portanto, descrevem as atuações *online* em ações como “[...] assinar petições, [...] ou partilhar conteúdos políticos numa rede social [...]” (RODRIGUES; MENEZES; FERREIRA, 2013, p. 3) e atuações voltadas à causas sociais, como, por exemplo, a defesa da comunidade LGBTQIA+, igualdade de gênero, combate ao discurso de ódio, ao racismo, à desinformação, preservação do meio ambiente, dentre outras.

Apesar da noção de política estar muitas vezes ligada a partidos e governos, administração da esfera pública e organização da sociedade (em um formato que pode ser chamado de tradicional), como explana Martino (2014), o autor traz em seu estudo que outras questões também são pensadas como atos políticos, como as lutas das minorias representativas e questões de identidade. Nesse sentido, ter identidade “[...], significa lutar pelo *direito* e pela *possibilidade* de ser quem se é no espaço público.” (MARTINO, 2014, p. 85).

Ribeiro e Pulino (2019) discutem sobre uma nova cultura política, descrevendo os movimentos sociais que aparecem na segunda metade do século XX, em que tem-se a identidade cultural como aspecto central. “Questões culturais, ambientais, de gênero e etnia são exemplos da forma de organização que os permeia. [...] ser mulher, ser negro, ser jovem, ser índio, ser morador de periferia, [...]” (RIBEIRO; PULINO, 2019, p. 298), em que, de acordo com as autoras, tem-se práticas mais democráticas.

O exercício político da cidadania, para além do voto, pode ser relacionado com diversas manifestações. Para Martino (2014), as mídias digitais são espaço de manifestações de diversidade, afirmação de identidade e, mais do que engajamento, as mídias digitais possibilitam a visibilidade.

As mídias digitais possuem, ainda, um papel amplo tanto no que se refere à noção de política tradicional quanto aos atos políticos que buscam direitos humanos, democráticos e causas diversas. Para Martino (2014), as mídias digitais configuram-se atualmente como um instrumento fundamental na construção de uma relação entre a sociedade e as representações políticas, como partidos, governantes e instituições. As estratégias nas redes sociais com campanhas políticas são parte das disputas eleitorais. Esse aspecto amplia a discussão sobre desigualdades, visto que aquelas pessoas que não têm acesso à redes sociais também não têm acesso à parte da comunicação presente nas campanhas políticas.

As noções de política, seja no exercício democrático do voto e no acompanhamento dos mandatos de partidos eleitos, seja na defesa de causas diversas, são importantes de forma equivalente. Com isso, cabe citar as campanhas para o engajamento jovem realizadas por meio de plataformas e redes sociais, com objetivo de auxiliar e mobilizar jovens de 16 a 18 anos na emissão ou regularização do título de eleitor para o exercício cidadão do voto, como citado na introdução deste trabalho. Apesar de apenas 22% dos jovens de 9 a 17 anos afirmarem que procuraram informações sobre o que acontece no lugar onde mora e 15% declararam que conversaram sobre política ou problemas da sua cidade ou seu país (CGI.br;

NIC.br; CETIC.br, 2022), houve grande expressividade de adesão após as campanhas *online* para o voto jovem, atingindo cerca de dois milhões de eleitores.

A partir disso, cabe citar o pensamento de Batista e Simões (2022), em que a ativista sueca Greta Thunberg, aos 16 anos, é retratada como representação do ativismo jovem e estudantil diante das causas climáticas, em que participou de protestos pela greve escolar pelo clima em 2018. Diante da atuação de Greta, jovens ao redor do mundo também se engajaram, *online* e *offline*, nos assuntos ambientais, exigindo ações efetivas dos governos. Diante disso, a cidadania é compreendida pelos autores como “[...] uma cidadania centrada em causas e reivindicações [...]” (BATISTA; SIMÕES, 2022, p.11) e não somente a atuação institucional e tradicional.

No contexto brasileiro, pode-se citar o exemplo da grande movimentação em todo o país por estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino em 2016, reivindicando contra a Reforma do Ensino Médio, MP 746/2016, contra a PEC 55, que objetivava alterações na constituição que limitavam as despesas do governo com Saúde e Educação, serviços públicos e previdência social, contra a PLS 193/2016, que incluía nas Diretrizes e Bases da Educação o Programa Escola sem Partido, dentre outras causas (RIBEIRO; PULINO, 2019). Foram ocupadas escolas, Institutos Federais e Universidades diante do contexto político vigente, chegando a 1000 escolas ocupadas (RIBEIRO; PULINO, 2019). No Ceará, até o dia 21 de maio de 2016, totalizaram-se 56 escolas ocupadas por jovens (DIREITO DIÁRIO, 2016).

Nesse sentido, a presença das redes sociais e dos dispositivos TDICs foram instrumentos expressivos nas movimentações dos jovens no contexto da ocupação. Como citado por Ribeiro e Pulino (2019), a comunicação dos estudantes com objetivo de decidir a ocupação das escolas se deu por meio de aplicativos de mensagens e chamadas de voz. O manual “Como ocupar um colégio?”, feito por estudantes da Argentina e do Chile foi base de planejamento e articulação dos estudantes que estavam lutando pelas causas no Brasil (RIBEIRO; PULINO, 2019), foi compartilhado *online*. Além disso, as autoras evidenciam no estudo que, para os estudantes, o acesso à Internet foi a principal ferramenta para a obtenção de informações, divulgação e participação social, por meio das redes sociais digitais, e em sua maioria, pelo celular.

No Estado do Ceará, jovens utilizaram redes sociais como o Facebook, criando publicações em grupos, como o #OcupaEscolaCE⁷, e utilizam dispositivos TDICs para gravar

⁷ Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/617087778438907>>. Acesso em: 14/11/2022.

vídeos⁸ com depoimentos dos estudantes engajados na causa, expressando seus objetivos políticos, aspirações e luta por direitos.

No que se refere ao Nordeste, Silva (2016) cita o movimento “Acorda Maranhão” e “Vem Pra Rua São Luís”, os quais exigiam transportes públicos de qualidade, saúde, educação, lutavam contra corrupção, etc, em que as pessoas engajadas, de maioria jovem, confirmaram presença no ato pelas redes sociais como Facebook e Twitter, além da organização da data, local e objetivos do evento. Nesse sentido, Silva (2016) reconhece o engajamento que as redes sociais trazem para os movimento sociais juvenis, mas cita a utilização da Internet para além disso:

[...] há aqueles que continuam suas reivindicações de forma virtual, fiscalizando e denunciando a aplicação de recursos públicos, bem como cobrando ética dos políticos, como, por exemplo, no caso do movimento “Acorda, Brasília”. Assim, a Internet e as redes sociais têm incentivado vários movimentos [...] (SILVA, 2016, p. 50).

Diante disso, Silva (2016 *apud* Prudencio, 2006) menciona o mérito que as TICs possuem nos movimentos sociais quanto às ações coletivas. Para Castells (2013), as redes sociais e a utilização da Internet por intermédio de dispositivos TDICs são espaços para a autonomia política.

Esta autonomia política juvenil inspirou obras como o longa-metragem Cabeça de Nego (2021)⁹, do diretor cearense Déo Cardoso. O filme traz questões de racismo, autoritarismo, negligência sanitária, má infraestrutura e revoluções vividas em uma escola de Ensino Médio da rede pública de ensino.

Em principal destaque para este trabalho, encontra-se o movimento organizado pelos jovens para exigir melhorias de qualidade à escola do seu dia a dia, que representa a oportunidade do acesso à educação. As denúncias feitas pelo protagonista, Saulo, são produzidas por vídeos e fotos com celular que o estudante faz a noite na escola, gravando a situação insalubre dos banheiros, refeitórios, salas de aulas, estrutura comprometida e livros didáticos lacrados.

Denunciando a situação da instituição com divulgação das fotos e vídeos e comunicando-se pelas redes e comunicadores sociais, a causa do personagem ganha

⁸ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/levi.linhares.1/posts/pfbid035SZFbyeYzrreWfU4Up5xuc1uRkH8TpqDrvy2FuJyU48UAs7JdYseKoTRd3ahNol>>. Acesso em: 14/11/2022.

⁹ Disponível em:

<<https://rollingstone.uol.com.br/cinema/cabeca-de-nego-conheca-elogiado-filme-cearense-do-diretor-deo-cardoso/>>. Acesso em: 14/11/2022.

amplitude e mobiliza além dos colegas e professores, como também a mídia tradicional (jornal local), pais e apoiadores do movimento.

A Internet e as TDICs são ferramentas com potencial estratégico tanto para a mobilização da sociedade, como também na comunicação e criação de espaços de formação e apropriação da opinião pública, criação de narrativas e articulação dos assuntos públicos (RIBEIRO; PULINO, 2019). Ribeiro e Pulino (2019 *apud* Gohn, 2017, p. 25) trazem, ainda, a importância que os registros gerados pelas manifestações virtuais que criam [...] criam memória e a construção de um imaginário sobre o tema em tela, [...].

Assim, é perceptível que a atuação política e cívica dos jovens perpassa os ambientes públicos urbanos e o ciberespaço. Castells (2013) traz essa conexão como uma “[...] interação implacável e construindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de práticas transformadoras.” (CASTELLS, 2013, p. 20-21). Além disso, Castells (2013) traz que o legado dos movimentos sociais em construção na rede é a democracia.

2.3.1 Os desafios de engajamento político por jovens no ambiente digital

A cultura política contemporânea e a atuação dos jovens nos ambientes digitais perpassam diversos desafios, para além dos desafios de acesso à Internet e a dispositivos TDICs. O discurso de ódio, que refere-se à discursos que “[...] incitam o ódio e promovem a violência [...]” (SAFERLAB, 2022) contra determinados grupos sociais como mulheres, negros, população LGBTQIA+, indígenas, etc, aumenta de forma exponencial em anos eleitorais pela Internet (SAFERLAB, 2022).

Atrelado à propagação do ódio, a desinformação também faz parte do panorama de desafios enfrentados *online*. Esta, que cresceu nos últimos anos principalmente devido a polarização política brasileira, é utilizada como ferramenta de impulso de discursos por diversas figuras públicas (SAFERLAB, 2022), dificultando a obtenção de informações confiáveis e esclarecedoras.

Diante desse contexto, uma pesquisa do Instituto Ipec de setembro de 2021, feita com jovens de 16 a 34 anos, revela que 60% das pessoas dessa faixa etária preferem não comentar nada de política nas redes sociais pelo medo de julgamentos, de serem “cancelados” ou tratamentos agressivos. Além disso, a pesquisa Juventudes no Brasil 2021, coordenada pelo Observatório da Juventude na Ibero-América (OJI) que foi feita antes da pandemia, mostra que 72% dos jovens entrevistados não falam sobre política no dia a dia.

Apesar disso, o número expressivo de dois milhões de novos eleitores entre 16 e 18 anos representa um aumento de 47,2% em relação ao processo eleitoral de 2018 (DEISTER, 2022), o que pode demonstrar a iniciativa juvenil de participar do momento político atual, em que tem-se grande propagação de desinformação, encerramento do Ministério da Cultura, cortes orçamentários na educação pública, reinserção do Brasil no Mapa Mundial da Fome das Nações Unidas¹⁰, as mais de 600 mil mortes por COVID-19 pela dificuldade da propagação das vacinas no Brasil diante do crescimento da infodemia¹¹, dentre outros acontecimentos. A manifestação política juvenil, observada para além dos espaços formais, também está presente em ambientes politizados pelos jovens, como batalhas de rap, músicas de funk, dentre outros.

Para a presidente do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco, há uma relação estreita entre a educação política e a educação midiática (BLANCO, 2022). Esta se caracteriza pelo “Conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos — dos impressos aos digitais.” (EDUCAMIDIA, 202-?, on-line). No contexto de educação para a democracia, o conhecimento do papel da imprensa, a leitura crítica das mídias, a identificação de conteúdos que desinformam são aspectos relevantes para a educação brasileira, principalmente dos jovens diante do seu convívio com a Internet.

Iniciativas como o Educathon do Programa Cidadão Digital¹², direcionado à jovens de 13 a 18 anos, que objetiva engajar adolescentes na cidadania digital são importantes movimentações para que a construção da cidadania digital e a presença da educação midiática cresça no contexto brasileiro, nordestino e cearense.

¹⁰ Disponível em: <<https://mapafome.com.br/>>. Acesso em: 14/11/2022.

¹¹ A infodemia, conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), caracteriza-se por “[...] um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa.” (OPAS; OMS, 2021)

¹² Disponível em: <<https://cidadeodigital.org.br/educathon/>>. Acesso em: 14/11/2022.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter qualitativo de cunho etnográfico. A pesquisa qualitativa tem como principal característica a observação e o registro das interações e comunicações estabelecidas em campo (ANGROSINO, 2009). Segundo Angrosino (2009, p. 8-9), a abordagem qualitativa busca, “[...] esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, [...]”, em que os(as) pesquisadores(as) também fazem parte da pesquisa, tendo em vista suas vivências no campo e interpretações do contexto.

O método etnográfico, segundo López (1999, p. 46), busca “[...] o imaginativo criativo - interativo - relacional, [...]”, visto que apoia-se na pesquisa de campo (ANGROSINO, 2009), a qual caracteriza-se pela observação espontânea dos acontecimentos, apoiada nos objetivos gerais e específicos descritos pelo estudo em questão, os quais delineiam o que foi coletado (LAKATOS; MARCONI, 2003).

A pesquisa possui, ainda, caráter exploratório. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), esse se caracteriza por uma pesquisa empírica na qual se pode fazer uso de vários procedimentos de coleta de dados, como a entrevista e a observação, em um seguimento qualitativo.

Dessa forma, este trabalho contou com um levantamento bibliográfico sobre como é a realidade de acesso às redes dos jovens brasileiros e como é exercida a cidadania digital a partir da participação cívica e política na Internet, especificamente daqueles que estão começando a participar politicamente e que iriam votar pela primeira vez em 2022, tendo como forma de interação ferramentas que se enquadram como TDICs. Esta primeira etapa, segundo Lakatos e Marconi (2003), é essencial para compreender as discussões já existentes sobre o problema.

As técnicas escolhidas para a coleta de dados da pesquisa foram o grupo focal e a aplicação de dois questionários com perguntas abertas e objetivas. Tendo em vista a especificidade deste estudo e a importância de trazer a subjetividade das visões de mundo dos sujeitos, foram realizados dois grupos focais com seis participantes cada. Nos dois grupos focais, participaram duas meninas e quatro meninos, sendo possível observar também aspectos de desigualdade de gênero.

Os conteúdos discutidos nos grupos focais foram as concepções de cidadania, cidadania digital, democracia, política institucional, partidária e tradicional, participação cívica e política *online* (participação em coletivos, compartilhamento de conteúdos sobre política), direitos e deveres e desigualdade digital.

A justificativa do uso de um grupo focal se dá, portanto, pela possibilidade de evidenciar a subjetividade dos participantes, assim como proporcionar um debate aberto que delinea-se no momento da interação. Nesse sentido, o grupo focal é descrito como

“[...] grupos de discussão que dialogam sobre um tema particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. [...] Em uma vivência de aproximação, permite que o processo de interação grupal se desenvolva, favorecendo trocas, descobertas e participações comprometidas.” (RESSEL; BECK; GUALDA; HOFFMANN; SILVA; SEHNEM, 2008, p. 780).

Com isso, como citado anteriormente parafraseando López (1999), a pesquisa etnográfica busca interações, comunicações e experiência dos envolvidos. Portanto, a técnica do grupo focal fez-se adequada, tendo em vista que possibilita aos participantes, de forma ativa, “[...] explorarem seus pontos de vista, a partir de reflexões sobre um determinado fenômeno social, em seu próprio vocabulário, gerando suas próprias perguntas e buscando respostas pertinentes à questão sob investigação.” (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN; LUNARDI, 2011, p. 438-9).

Ademais, a utilização da técnica, com auxílio do material criado pela pesquisadora, possibilitou a construção de um debate repleto de soluções criativas e transformações sociais propostas pelos jovens em seus contextos de estudo, moradia, transporte, alimentação, exercício político e uso da Internet.

A vivência do grupo focal, dessa forma, oportuniza o diálogo espontâneo e o compartilhamento dos saberes de todos os envolvidos, gerando uma integração do grupo (SILVA, 2012). É, ainda, uma oportunidade de comparar e comprovar teorias de outros estudos e pesquisas sobre a atuação política e cívica dos jovens, assim como a relevância que as redes sociais possuem nesse processo, tendo em vista que o grupo focal possibilita o diálogo, as expressões e soluções criativas dos jovens cearenses que participaram.

A sessão de grupo focal, portanto, procurou debater a perspectiva dos participantes sobre temáticas que permeiam questões políticas, cidadãos e de atuação *online* no dia a dia. Para isso, os três objetivos norteadores para a construção das situações-problema e do questionário individual foram os objetivos específicos desta pesquisa, sendo eles compreender como atuam os jovens cívica e politicamente, além da política institucional, partidária e eleitoral; compreender como os desafios de acesso afetam a participação política e cívica destes jovens; e compreender quais são os desafios de engajamento enfrentados nos ambientes digitais. As dinâmicas e materiais serão discutidas a seguir.

3.1 Grupo Focal e dinâmicas

Para o início da sessão de grupo focal, os participantes entregaram à pesquisadora dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A e B), os quais descreviam o objetivo da pesquisa, o sigilo dos dados e continham as assinaturas dos participantes e de seus responsáveis legais.

No momento da sessão, a pesquisadora explicou aos participantes porque estaria anotando e gravando durante a sessão e apresentou a todos o observador, que auxiliou a pesquisadora realizando anotações a respeito das respostas dos(as) participantes. A presença de um(a) observador(a) propicia ao pesquisador(a) analisar, posteriormente, aspectos que ele(a) não pôde perceber sozinho(a) no encontro. Nas duas sessões, o observador não fez nenhum tipo de intervenção. Foi importante salientar que não ocorreriam julgamentos às falas dos participantes, sendo esta uma característica da natureza da etnografia segundo López (1999).

Os dois grupos focais foram realizados em Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP) do estado do Ceará, sendo o primeiro em Fortaleza, na EEEP Júlia Giffoni localizada no Bairro Dom Lustosa, contando com a presença de seis jovens de 15 anos, duas meninas e quatro meninos, estudantes do primeiro ano do Ensino Médio. O segundo grupo focal foi realizado na cidade de Palmácia, a 73 km de Fortaleza, na EEEP Giselda Teixeira, com jovens do segundo ano do Ensino Médio, entre 17 e 18 anos. O primeiro grupo focal foi realizado no dia 14 de setembro, no turno da manhã, e teve duração de uma hora e vinte e cinco minutos. Contou com a presença de quatro meninos e duas meninas. O segundo grupo focal foi realizado no dia 20 de setembro, durante a manhã, e teve duração de uma hora e vinte e três minutos, com a participação de outros quatro meninos e outras duas meninas.

A pesquisadora realizou uma visita em cada escola, sendo recebida por professores do Ensino Médio. Estes, por sua vez, disponibilizaram salas para que os grupos focais fossem realizados somente com a presença dos participantes, pesquisadora e observador.

A realização dos grupos focais contou com dois momentos de dinâmica com duração de, em média, uma hora e meia. A primeira dinâmica teve como objetivo criar um ambiente de troca e diálogo com os participantes de forma lúdica e divertida. Segundo Angrosino (2009), é relevante o modo como o pesquisador(a) se insere no campo, criando conexões com o grupo e tornando-se parte ativa dele. Para essa dinâmica de introdução, a pesquisadora sugeriu dois jogos em que os seis participantes teriam que adivinhar a regra do próprio jogo.

Para a segunda dinâmica, foi apresentada um material (Apêndice C) que se constituía de seis situações-problema, criadas pela pesquisadora, com os seguintes temas: democracia e voto jovem, cidadania digital, cidadania ativa, engajamento cívico e político *online*, representatividade na política e serviço público *online*. Para cada situação, os participantes poderiam apresentar seus pontos de vista, ouvir os colegas, discutir as implicações, as consequências e soluções.

Nesta dinâmica, as situações-problema foram impressas em forma de cartão e dispostas em uma caixa, para que os temas fossem tirados em ordem aleatória. Cada participante sorteou um tema e iniciou a discussão com a leitura para o restante do grupo, podendo começar o debate ou chamar um outro participante para comentar. As seis situações-problemas foram lidas e debatidas por todo o grupo.

Na concepção do material, o qual buscou trazer situações e desafios do cotidiano relacionadas à cidadania, engajamento e atuação/pensamento político, era importante que aquela fosse apenas um disparador para o debate, de forma a priorizar a construção autônoma e coletiva das soluções pelos jovens aos desafios sociais dispostos.

Diante do uso deste material e da técnica de grupo focal, foi possível estabelecer um diálogo singular e único com os participantes. A vivência em questão priorizou os saberes, pontos de vista, experiências de vida, sonhos, indignações e transformações que eles mesmos trouxeram para o debate sobre política no ambiente *online* e fora dele. Neste sentido, cabe trazer a este estudo a perspectiva da Educomunicação. Esta, por sua vez, é trazida por Soares (2006),

[...] constitui-se justamente das relações múltiplas que propicia. [...] um campo de ação política, entendida como o lugar de encontro e debate da diversidade de posturas, das diferenças e semelhanças, das aproximações e distanciamentos. Por excelência, uma área de *transdiscursividade* e, por isso, multidisciplinar e pluricultural. (SOARES, p. 4, 2006)

A Educomunicação tem como principal objetivo, ainda segundo Soares (2006), a transformação da realidade em que se vive. Além disso, enfatiza-se o *processo* na prática educacional. O objetivo da realização de grupos focais não eram apenas as respostas que estes poderiam trazer, de forma subjetiva, aos pressupostos desta pesquisa, mas a rica vivência grupal, a possibilidade de construção de argumentos e proposições de transformações sociais em conjunto, a interação das realidades dos participantes, a criatividade para com os enunciados trazidos pela pesquisadora e, assim, a invenção de uma vivência colaborativa, aberta e ativa.

3.2 Participantes da pesquisa

Os participantes desta pesquisa são jovens de 15 a 18 anos de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) do estado do Ceará. Para esta escolha, foi levada em consideração a vivência da pesquisadora no projeto Media Day, ação de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), da qual foi voluntária durante quatro anos. Além disso, estes jovens também estão inseridos no contexto de não obrigatoriedade quanto ao título de eleitor, próximos de fazer essa escolha ou do seu primeiro voto obrigatório, o que os introduz no contexto político institucional.

Para a escolha dos participantes da pesquisa foi importante, portanto, convidar jovens do ensino público cearense, tanto da capital quanto fora dela, tendo em vista a relevância de suas opiniões sobre a participação e atuação política e cívica descrita e vivida por eles no dia a dia da cidade, estado e país, assim como a presença da Internet e das redes sociais nesse processo. Em Fortaleza, a pesquisadora entrou em contato com uma professora da escola, já conhecida a partir do projeto Media Day. A professora escolheu os jovens que iriam participar da pesquisa. Em Palmácia, um professor também previamente conhecido pelo Media Day, convidou os estudantes da turma do segundo ano presentes em sala de aula no dia do grupo focal que se disponibilizaram para participar da pesquisa. Nos dois casos, duas meninas e quatro meninos aceitaram fazer parte da pesquisa.

Diante disso, é pertinente citar que o número de participantes para a realização do grupo focal foi limitado seguindo referências sobre a técnica. Para Luiz e Ramos (2017), ultrapassar a média de seis a oito participantes pode afetar a análise e a organização do momento da sessão de grupo focal, diante do tempo também limitado à uma hora e meia.

3.3 Ferramentas de coleta de dados

Para a coleta de dados, tendo em vista a variedade de instrumentos que o método etnográfico possibilita ao pesquisador(a) em campo, segundo López (1999), a pesquisadora utilizou um diário de campo. Ele auxilia na obtenção de um registro cuidadoso da vivência *in loco*. Neste sentido, o registro de dados no diário de campo teve como finalidade a anotação de ideias e perspectivas que surgiram à pesquisadora no momento da observação.

Além deste, também foi utilizado um gravador de voz, o qual ficou disposto no centro do círculo de participantes, pesquisadora e observador. A utilização de dispositivos

tecnológicos como ferramenta de obtenção de dados auxilia na memória do(a) pesquisador(a), auxiliando o registro e a qualidade da leitura posterior (LÓPEZ, 1999).

Diante disso, Angrosino (2009) destaca a importância, na pesquisa qualitativa, do texto e da escrita. Os registros no diário de campo e as transcrições dos áudios gerados nas sessões de grupo focal são “[...] transformações de situações sociais complexas [...] em textos, ou seja, transcrever e escrever em geral, [são] preocupações centrais da pesquisa qualitativa.” (ANGROSINO, p. 9, 2009). Esta preocupação e atenção com os dados é de suma importância para que a próxima etapa, descrita por López (2009) como análise e interpretação dos dados, seja rica de sentido e leitura dos contextos sociais.

De forma complementar para a produção de dados desta pesquisa, foram entregues dois questionários impressos com questões objetivas e abertas para os participantes, os quais tiveram a função de coletar dados de forma mais abrangente (LÓPEZ, 1999).

O primeiro questionário (Apêndice D) teve como objetivo obter informações sobre a jornada de engajamento político. Assim, buscou-se obter dados sobre nove aspectos, sendo eles: a) o quão importante era, para o participante, participar da política institucional (como votar nas eleições, por exemplo); b) como classifica o processo de tirar o título de eleitor, com objetivo de compreender o quão acessível e fácil para o participante foi ter acesso à esta documentação; c) se o processo de tirar o título foi presencial ou *online*, buscando ligar essa resposta com a pergunta anterior; d) o quanto se sentia representado pelas figuras políticas institucionais atualmente, procurando ser um dado complementar ao debate do grupo focal; e) se acompanhava alguma figura ou movimento político, iniciativa social, ativista *online*, a fim de compreender o engajamento *online*; f) se costuma compartilhar, criar ou consumir conteúdos relacionados à causas que apoia, também a fim de compreender o engajamento *online*; e) se identifica direitos que não alcança pela falta de acesso à Internet, buscando identificar problemáticas que a falta do acesso traz ao dia a dia dos jovens; g) se já teve medo de compartilhar algo relacionado à política *online*, visto que a polarização e hostilidade política têm crescido, principalmente em ano eleitoral e h) se já identificou algum conteúdo *online* que não fosse inteiramente verdadeiro, com objetivo de identificar competências de educação midiática de forma complementar ao assunto discorrido no debate. O segundo questionário (Apêndice E), sobre as impressões que tiveram do grupo focal. Os questionários foram respondidos logo depois da sessão, de forma individual.

A utilização dos questionários justifica-se diante do caráter diverso da etnografia, uma vez que a triangulação das diferentes fontes de dados (gravação do grupo focal, diário de campo, anotações dos dois observadores presentes na sessão - um diferente em cada - e

questionários) fornece à pesquisa uma visão com detalhes das perspectivas, expressões e interações dos participantes com os temas propostos e com os outros participantes presentes.

Após a coleta, ocorreu a transcrição dos depoimentos, utilizando numerações para manter o anonimato dos sujeitos. De acordo com os assuntos que surgiram no decorrer dos encontros, ocorreu a indexação dos dados, a qual, de acordo com Ressel *et al.* (2008), consiste na categorização e organização dos dados tendo em vista os temas ou possíveis padrões emergentes dos debates. Logo, as discussões emergidas dos debates serão abordadas no capítulo seguinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo dedica-se às discussões a serem traçadas diante do material gerado na pesquisa de campo, realizada por meio de questionário e grupos focais com os jovens cearenses de idades entre 15 e 18 anos das cidades de Fortaleza e de Palmácia. Os jovens de Fortaleza eram estudantes do Ensino Médio de uma EEEP e os de Palmácia, também. Para a análise dos dados, os participantes foram identificados com a inicial “P” de participante e um número, de 1 a 6 (P1 a P6).

4.1 Grupos Focais

Os grupos focais foram realizados nas cidades de Fortaleza e de Palmácia, nos dias 14 e 20 de setembro de 2022, respectivamente. Em Fortaleza, participaram do grupo focal seis jovens de 15 anos, duas meninas e quatro meninos. Na cidade de Palmácia, localizada a 73 km de Fortaleza, a atividade também foi realizada com seis jovens com idades entre 16 e 18 anos, sendo duas meninas e quatro meninos.

Nos dois grupos focais houve uma presença menor das meninas. Destaca-se esse aspecto com intuito de pontuar a questão da desigualdade de gênero que permeia os espaços políticos no Brasil, sejam estes presenciais ou não. Segundo reportagem publicada pela Agência Senado (LIMA; PORTELA, 2022), entre as eleições de 2014 e 2020, o número de candidaturas femininas não ultrapassou 34%. Constantemente pautas femininas ou não são levantadas no âmbito político ou não são tratadas inteiramente por mulheres.

Os participantes foram escolhidos por professores das escolas de acordo com a disponibilidade e interesse de cada jovem. Os professores não estavam presentes no momento do grupo focal, apenas disponibilizaram a sala para a realização da atividade e possibilitaram a comunicação entre pesquisadora e jovens participantes.

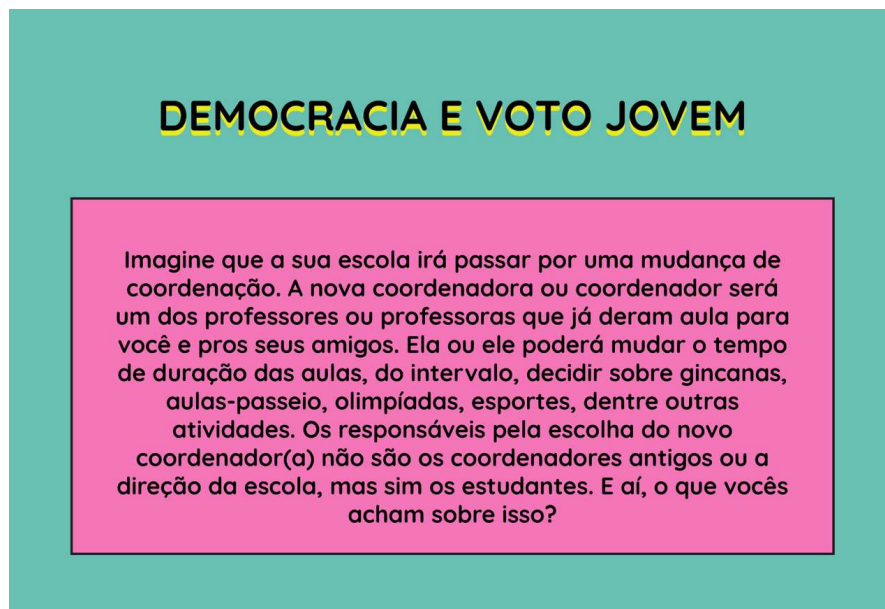
O primeiro grupo focal, realizado em Fortaleza, durou uma hora e vinte e cinco minutos e o segundo, uma hora e vinte e três minutos. Nesta atividade, foram realizadas duas dinâmicas. A primeira consistia em um momento quebra-gelo com objetivo de criar um ambiente dinâmico e descontraído, em que foram feitos jogos mediados pela pesquisadora, com duração aproximada de meia hora. Já a segunda contou com o apoio de um material criado pela pesquisadora, em que seis situações-problema eram lidas e discutidas pelos participantes do grupo focal.

O objetivo da ferramenta era estimular o debate sobre democracia, cidadania digital, cidadania ativa, disponibilidade e efetividade de serviços públicos *online*, representatividade na política e engajamento cívico e político *online*. A ferramenta está integralmente disponível no apêndice C.

4.1.1 Democracia e voto jovem

A primeira situação-problema apresentada para os participantes foi a do cartão “Democracia e voto jovem” (Figura 1), que trazia a seguinte proposição:

Figura 1: Democracia e voto jovem



Fonte: Autora

Com essa ideia, buscou-se promover o debate sobre o papel e a importância da democracia no dia a dia. No grupo focal em Fortaleza, três participantes responderam, em conjunto, que a situação apresentada seria “ideal” (em que os estudantes escolhem os/as novos/as coordenadores/as das escolas). Falaram sobre a realidade nas escolas, como assistir a várias aulas seguidas durante o dia e passar o dia sentado, e que, diante disso, eles seriam “os ideais para de fato eleger quem a gente [estudantes] queria”.

Argumentaram, ainda, que votar para a coordenação da escola seria uma oportunidade de exercício da cidadania na juventude.

Mas o ideal, pra mim, seria de fato isso, porque nos insere já no mundo que a gente vai pegar, né, depois... Já desde cedo. Então desde cedo a gente já tem o poder de escolha, já deve saber em quem a gente vai votar pra coordenação... Ou lá na frente pra votar pra presidente, votar pra prefeitura... [...] mostrar com é ter... esse direito

de ser cidadão e o direito de voto e escolher como deve ser a nossa realidade. (P3, 15 anos, Grupo Focal, Fortaleza)

Os participantes também relataram sobre a experiência do grêmio estudantil e liderança de sala, trazendo a atuação política juvenil na realidade da escola, que reforçaria tanto o papel dos jovens em escolher um ou mais representantes na sala de aula e na escola tanto o protagonismo e a autonomia envolvida no processo dos debates e propostas.

Principalmente nas escolas públicas estaduais e municipais, né? Aqui [...] teve a votação pro grêmio estudantil e aí por mais que só tivesse uma chapa inscrita que era a minha, ainda teve a votação... Pra saber se de fato os alunos queriam eleger ou não. [...] A gente fez alguns debates, fez... falou bastante. E aí os alunos assistiram... [...] E pra que a gente ganhasse a gente teria que bater o 50% né. (P3, 15 anos, Grupo Focal, Fortaleza)

Um dos jovens reforçou, ainda, a atuação do grêmio estudantil, ressaltando a importância de existir, no ambiente escolar (que conta com a presença de várias figuras, como os estudantes, professores, coordenadores, pessoas dos serviços gerais, etc), uma representação para além da coordenação e diretoria. Mencionou, ainda, que os jovens são muitas vezes descredibilizados por serem jovens.

Eu acho que é necessário ter um grêmio, pra lutar pelo que os alunos querem, pra falar das vontades dos alunos... E pra discordar da coordenação, pra discordar das ações tomadas. Porque nem sempre, o que é tomado pela coordenação, as vezes nem é o certo, né? Acho que... Isso vem muito do adultismo, de achar que sempre o adulto tá agindo certo e as crianças ou adolescentes sempre tão agindo errado. (P3, 15 anos, Grupo Focal, Fortaleza)

Já um jovem da cidade de Palmácia faz um destaque sobre a proximidade que um coordenador/a deveria ter com a realidade dos jovens. Os demais citaram ainda as situações em que coordenadores da escola não atendiam às necessidades dos estudantes por não conhecerem o cotidiano da escola e, assim, tornavam a gestão do espaço e das atividades desalinhada com os jovens.

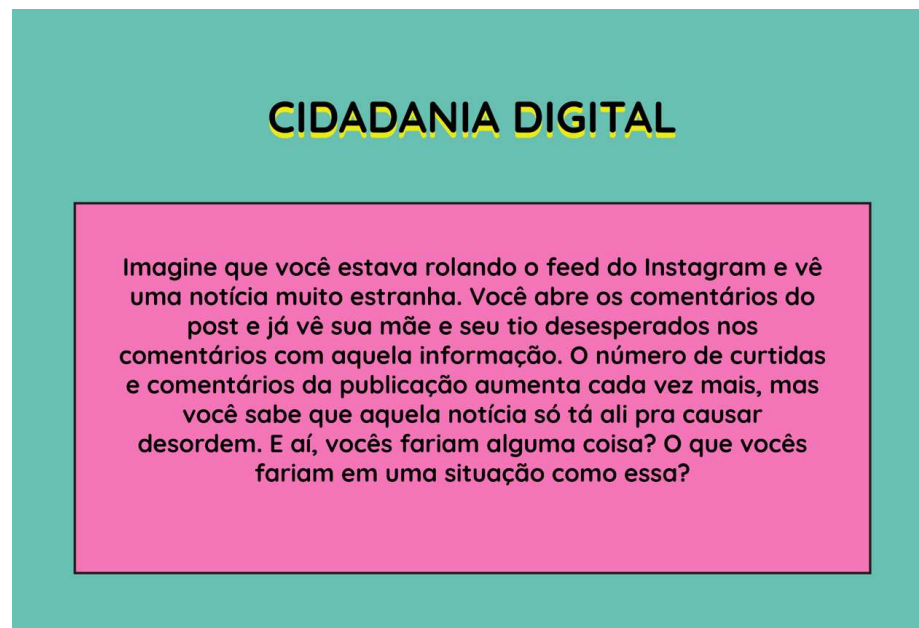
Muitas das vezes eles pegam um coordenador assim de fora que não conhece a escola, não conhece a rotina dos alunos, aí ele entra aqui querendo fazer uma coisa da cabeça dele sendo que ele não conhece o que tá acontecendo dentro de sala. Aí já vem um professor, um que eles colocam como coordenador, e ele já estaria ali diariamente conhecendo nossa realidade. E ele já pode, sei lá assim, integrar mudanças bem específicas sobre a gente. (P4, 18 anos, Palmácia)

Percebe-se, portanto, o interesse dos jovens em participar das escolhas dentro do ambiente que convivem, no caso, o escolar. Tendo em vista que as decisões da diretoria e coordenação impactam diretamente no convívio daquele ambiente, os jovens argumentaram diversos aspectos que tornam relevante a participação, argumentação e o acompanhamento da gestão do ambiente coletivo.

4.1.2 Cidadania digital

No cartão intitulado “Cidadania Digital” (Figura 2), a situação descrevia o compartilhamento e o impacto de uma desinformação, particularmente quando atingem pessoas conhecidas. A problemática buscou discutir sobre a atitude dos jovens diante disso nas redes sociais.

Figura 2: Cidadania digital



Fonte: Autora

Tanto no grupo focal de Fortaleza quanto em Palmácia, os jovens logo citaram as *fake news*. Em Fortaleza, citaram atitudes como pesquisar sobre a notícia ou informação que repercutiu antes de compartilhar. Caso algum amigo ou familiar tenha compartilhado aquele conteúdo, mencionaram que era importante mostrar que aquilo era um conteúdo malicioso.

Acho que é importante apresentar... os pontos de pesquisa, né? Do que realmente aconteceu. Mostrar os fatos. Que aquilo é uma *fake news*, mostrar pra sua mãe, pro seu parente, tipo “olha não é bem assim”, mostrar... as pesquisas realizadas... (P5, 16 anos, Palmácia)

Consideraram que muitos conteúdos na Internet podem estar equivocados, sendo importante não compartilhar imediatamente, pesquisar em outras fontes e ter senso crítico nas redes sociais.

Então, eu acho que a gente devia apresentar, né, pra esses parentes, pras pessoas, conscientizar a população de não acreditar em tudo que vê na Internet, na real, de duvidar de tudo que vê na Internet, né? [...] Então, às vezes, a situação até ocorreu, mas não foi da forma que a [aquela] mídia tá explanando, né? (P3, 15 anos, Fortaleza)

Ajudar a ter um senso crítico. (P6, 15 anos, Fortaleza)

Então, exatamente. Ter um senso crítico a respeito de tudo que a gente vê na Internet, né? Duvidar de tudo que a gente vê e pesquisar mais a fundo. (P3, 15 anos, Fortaleza)

Questionaram, ainda, o papel que as empresas de tecnologia poderiam desempenhar para o combate à desinformação nas redes sociais, propondo soluções.

Eu acho que... eu vejo uma solução de maneira mais tecnológica, né? Pois você vê que muitos celulares agora tem uma função que ele bloqueia o spam, aquelas ligações. Então, se essas grandes empresas de mídia digital pudessem investir na tecnologia de modo que... assim que a pessoa apresentasse aquela publicação a algum bot ou alguma coisa... o aplicativo já pudesse... como é que fala? Já pudesse analisar, controlar, pra saber se aquela pesquisa realmente bate com alguma informação verdadeira ou não... Acho que seria uma grande inovação pra tecnologia [...]. (P4, 15 anos, Fortaleza)

Mencionaram que, muitas vezes, as pessoas que leem as notícias *online* não ultrapassam as manchetes, o que identificaram como sendo uma estratégia do próprio formato de mídia para atrair cliques.

Como por exemplo, eu vi uma notícia... Ah, um buraco negro vai atingir a Terra e vai colidir com ela... E aí... Vai colidir com a nossa galáxia... [...] E tipo, [...] isso de fato é verdade, vai acontecer... Mas aí quando você abre a notícia... (P3, 15 anos, Fortaleza)

É daqui a 2 milhões de anos (risos). (P6, 15 anos, Fortaleza)

Exato, daqui a 4.5 milhões de anos. (P3, 15 anos, Fortaleza)

Alguns riem e começam a falar.

Exato. Então, a mídia ela quer gerar clique. Ela vai por aquilo que chama a atenção justamente pra gerar cliques, né? Então as fake news... Elas... tomam muito desse preceito de querer gerar clique, de querer... [...] (P3, 15 anos, Fortaleza)

Alienar. (P5, 15 anos, Fortaleza)

Alienando talvez a população com aquela ideia, né? Trazer tipo... Ah, fulano fez isso... tá vendo como ele não presta? Aí você já vai... e já manda pro seu pai, pra sua família... (P3, 15 anos, Fortaleza)

Percebe-se, portanto, o senso crítico com relação aos conteúdos vistos nas redes sociais, em que os participantes citam situações que já vivenciaram e que os fizeram perceber o impacto da desinformação e a facilidade com que esta repercute. Apesar disso, não deixam de citar que também sentem dificuldade, algumas vezes, de identificar a desinformação ou não recorrer de forma imediata ao recurso de compartilhar com amigos e familiares. Esta

situação é problematizada, inclusive, diante dos algoritmos das redes sociais, gerando um viés de confirmação¹³. Além disso, o recurso de denúncia também foi mencionado pelos jovens.

Principalmente porque as mídias, [...] Ela traz aquilo que você mais vê, né? Se você acompanha tal coisa, a mídia vai lhe mostrar tal coisa... E às vezes você se encanta com aquela notícia e só compartilha porque você acha que sabe daquilo. E sempre vai acumulando e acumulando isso... As pessoas elas... vêm e vão. Será que é realmente verdade? [...] E nisso começa esse *loop*. (P4, 15 anos, Fortaleza)

[...]

Eu acho que umas das soluções é você não compartilhar, se você não tiver certeza, denunciar e é isso... (P5, 15 anos, Fortaleza)

No grupo focal em Palmácia, foi citado o filme Não Olhe para Cima (2021)¹⁴, traçando uma relação entre a disseminação de conteúdos de desinformação e conteúdos verdadeiros, em que torna-se difícil saber quais informações são, de fato, confiáveis. Este fenômeno pode ser chamado de infodemia, como já citado no segundo capítulo deste trabalho.

Os jovens também mencionaram uma situação que aconteceu na própria instituição de ensino, em que houve o compartilhamento de conteúdos distorcidos sobre a escola, de acordo com os participantes. Diante dos acontecimentos, duas participantes relataram a criação de um movimento *online* que relembra bons acontecimentos naquele ambiente (*throwback thursday*¹⁵ - *tbt*) de forma a “aproveitar” a atenção do público e esclarecer o sentimento sobre a escola.

Assim, as pessoas criticavam porque não conheciam o que tava acontecendo, só sabiam aquilo da reportagem. Só que [o conteúdo] da reportagem tava totalmente distorcido, então as pessoas meio que julgavam a gente que tava aqui dentro. (P5, 16 anos, Palmácia)

Ou então falavam que não acontecia coisa boa aqui... aí pra dar uma visibilidade pra escola, dia de quarta ou é quinta feira que tem *tbt*, a gente começou a publicar lá coisas boas que a gente já passou na escola. (P6, 17 anos, Palmácia)

A gente aproveitou que tava o foco todinho na escola, as mídias né e a gente postou coisas boas, pra eles verem o que tava acontecendo. (P5, 16 anos, Palmácia)

Então vocês fizeram um movimento também. (Pesquisadora)

Sim, a gente aproveitou o embalo. (P5, 16 anos, Palmácia)

¹³ O viés de confirmação, segundo o dicionário de Oxford, refere-se a “A busca e o uso de informações para apoiar as ideias de um indivíduo, crenças ou hipóteses.” Disponível em:

<<https://oxfordbrazilebm.com/index.php/vies-de-confirmacao/>>. Acesso em: 21/11/2022.

¹⁴ O longa-metragem, de dezembro de 2021 e dirigido por Adam McKay, conta a história de dois cientistas que descobrem uma causa para o fim do mundo que se aproxima com rapidez. Entretanto, a notícia não é tratada com a devida importância pela mídia, que aparenta apenas querer lucrar com o caos.

¹⁵ *Throwback thursday* ou quinta-feira do retorno ou da nostalgia é uma gíria usada nas redes sociais em legendas de fotos antigas com intuito de lembrar algum evento. A abreviatura “*tbt*” é usada com uma hashtag (#) para indicar que aquela foto é antiga.

É possível perceber, portanto, as habilidades da educação midiática na criticidade dos jovens diante de conteúdos de desinformação, apresentando reações de reconhecer o sentimento que a notícia causa no leitor, não compartilhar imediatamente, pesquisar mais a fundo os conteúdos vistos na Internet (mesmo quando são de acordo com suas crenças e preceitos) e, em caso de conteúdos comprovadamente falsos, denunciar nas plataformas ou sites apropriados.

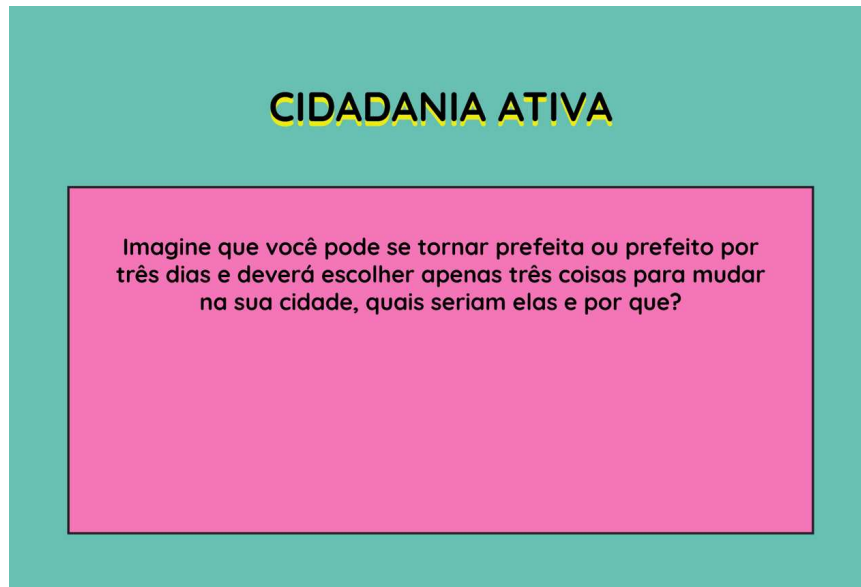
O paralelo feito com o filme “Não Olhe para Cima” também chama a atenção para o volume de notícias falsas que se confundem com conteúdos confiáveis nas redes, tornando difícil o reconhecimento e, também, o combate à desinformação.

Além disso, percebe-se uma atuação ativa e política diante das publicações criadas pelos jovens de Palmácia em reação às desinformações sobre o ambiente escolar, visto que tinham o objetivo de combater os conteúdos falsos e criar um movimento *online* que estimulava o compartilhamento de bons momentos na escola, ao contrário do que as informações distorcidas relataram.

4.1.3 Cidadania ativa

Acerca do tema de “Cidadania ativa” (Figura 3), a situação-problema propunha que os participantes elessem três pontos de melhoria na cidade em que moravam se fossem prefeitos ou prefeitas por um dia. Dois pontos aparecem como comuns nos grupos focais, sendo eles o tema de segurança e transporte. Além destes, temas como pavimentação das ruas, acesso à educação, saneamento básico, alimentação e atividades para a juventude também surgiram no debate como pontos que os jovens mudariam.

Figura 3: Cidadania ativa



Fonte: Autora

No primeiro grupo focal, o tema da segurança urbana foi trazido por quatro dos seis participantes. Mencionaram a relação desse aspecto com a oportunidade de acesso à educação adequada e de qualidade.

Eu acredito que a mudança na educação, conseqüentemente, poderia nos trazer uma mudança na segurança... porque... com uma educação correta pra todos... Eu acho que todos podendo ter acesso a escola, todos podendo ter acesso à educação e tal, eu acho que diminuiria, na minha visão, eu acho que seria mais fácil diminuir, esse tanto... (P3, 15 anos, Fortaleza)

A taxa de crime. (P5, 15 anos, Fortaleza)

Exato, a taxa de crime. O tanto de criança que não estuda e que acaba indo pro crime por conta do seu local que mora, né? (P2, 15 anos, Fortaleza)

Além disso, citaram situações que já passaram ou que ouviram relatos de amigos e familiares com relação a assaltos e lugares da cidade que se sentem inseguros. Quando questionados sobre o meio de transporte que usavam no dia a dia, todos responderam transporte público.

O tema do modelo de educação também surgiu no debate, em que os participantes demonstraram interesse em um método que compreendesse conteúdos mais engajadores. Demonstraram também que o ensino naquela escola mudou o ponto de vista que tinham, diante das experiências vividas até então.

Eu tentaria reformular o modelo de estudo. [...] Pra um jeito que os alunos consigam compreender melhor os conteúdos... E que eles tenham que aprender mais o necessário do que as outras coisas né que... muitas vezes a gente aprende muitas coisa que a gente mal utiliza, né? (P1, 15 anos, Fortaleza)

Ainda sobre a educação, um dos participantes ressaltou a desigualdade que percebia entre escolas públicas e particulares.

E a educação acho que seria bem melhor... seguindo a mesma linha de raciocínio deles... só que acrescentando um ponto que seria aquela regularidade entre as escolas particulares e públicas. [...] Tem muita vantagem quem estuda em particular... E pouca vantagem pra quem tá no ensino fundamental da pública. Pois as vezes acontece greves, acontece a falta de professor, dentre outras coisas. (P4, 15 anos, Fortaleza)

No segundo grupo focal, o primeiro participante a falar sobre a temática de cidadania ativa trouxe o tema de atividades para os jovens da região em que morava, relatando a experiência que tinha quando ia visitar um parente em Fortaleza, em que teve a oportunidade de conhecer a Rede Cuca (Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte)¹⁶.

Eu acho que eu mudaria principalmente em atividades pros jovens. Porque lá onde eu moro, em Pacoti, é uma coisa que não tem. Por exemplo, quando vou na minha tia em Fortaleza, ela mora lá perto do Cuca e lá é muito massa o ambiente. Tipo, tem tudo pra fazer lá, e acaba tirando os jovens de certos perigos da rua, porque é muito massa ver gente lá dançando e jogando do que na rua. E tipo, é muito conhecido lá, porque vem gente de muitos outros bairros pra lá. Acho que daria mais foco na juventude. (P1, 18 anos, Palmácia)

O município de Palmácia está localizado na região serrana do estado do Ceará, no Maciço de Baturité. Possui 13.214 habitantes (Estatísticas IBGE, 2018), 22 escolas públicas e duas particulares. Próximo à ele, existem os municípios de Maranguape (à Norte), Redenção, Guaramiranga e Pacoti (à Sul). A região é conhecida pelo ecoturismo e faz parte do Circuito Turístico da Serra de Guaramiranga, além de integrar a Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité. Neste grupo focal, todos os participantes moravam em algum dos outros municípios próximos à escola e deslocavam-se de transporte público ou transporte escolar disponibilizado pela prefeitura local.

Acho que todo mundo aqui mora tipo 1 hora de distância. Eu pego dois ônibus ainda. (P6, 17 anos, Palmácia)

São ônibus daqui? (Pesquisadora)

É a prefeitura que manda (P1, 18 anos, Palmácia)

Se eu fosse prefeito, assim, eu tentaria disponibilizar mais escolares porque lá na minha cidade é uó... às vezes quebra um, aí fica lá parado. Se desse trocaria tudo. (P2, 17 anos, Palmácia)

Manutenção também (P5, 16 anos, Palmácia)

Manutenção não adianta. (P2, 17 anos, Palmácia)

¹⁶ A Rede Cuca, iniciativa da Prefeitura de Fortaleza, conta com quatro centros de proteção social, oportunizando vivências de cursos, esportes, cultura, lazer, ocasiões festivas, dentre outras atividades, centradas na população jovem e nas periferias de Fortaleza, mas abertas ao público em geral. Na região do bairro Pici, em Fortaleza, foi inaugurado um novo Cuca em maio de 2022.

Não, mas esse negócio aí de ônibus não é só em Guaramiranga, é todo o município... aí atrasa tudo. Tá, a gente tá chegando aqui quase 9h, são duas aulas perdidas... (P6, 17 anos, Palmácia)

Todo dia? (Pesquisadora)

Segunda, ontem, desde sexta-feira. Hoje que a gente conseguiu chegar no horário certo. (P6, 17 anos, Palmácia)

[...]

Eu moro na zona rural, daí tenho que pegar um ônibus pra ir pro centro e de lá venho, passo mais de 1 hora também. (P4, 18 anos, Palmácia)

Moro na zona rural, também, de Maranguape, tenho que andar até a parada e de lá pegar mais 2 ônibus... Se fosse melhorar alguma coisa eu melhorava as estrada, porque no inverno fica impossível a pessoa ir a pé até a parada. (P3, 17 anos, Palmácia)

Além do tema do transporte, em que todos os participantes relataram situações de atraso, falta de manutenção, dificuldade de locomoção em tempos chuvosos (devido também a alagamentos na região serrana) e distância, surgiu uma proposta de intervenção para a problemática com a ideia de criação de uma Casa do Estudante, auxiliando na logística, no acolhimento dos estudantes durante a semana de forma a sobrar tempo para estudar e até ter um intervalo de aulas mais demorado.

Acho que deviam juntar as prefeituras e formar, tipo, uma casa de apoio ao estudante. Porque é muito cansativo todo dia esse trajeto de mais de 1 hora de viagem de ida e de volta. (P5, 16 anos, Palmácia)

Tipo ter uma casa do estudante aqui. (P2, 17 anos, Palmácia)

[...]

O que teria nessa casa do estudante? (Pesquisadora)

Comida, dormitórios. (P5, 16 anos, Palmácia)

Banheiros? (Pesquisadora)

Com papel higiênico. (P5, 16 anos, Palmácia)

Sim, com produtos higiênicos. Porque nosso banheiro não tem nem sabão para lavar a mão. (P4, 18 anos, Palmácia)

Valha, o nosso tem sabão e álcool e papel higiênico. (P5, 16 anos, Palmácia)

Pois o nosso só tem o vaso sanitário e a pia, é só isso. Não tô sendo dramático, é só isso. (P4, 18 anos, Palmácia)

[...]

Diminuiria também a gasolina e o gasto com transporte, porque se a gente ficasse aqui só teriam que levar a gente de volta 1 dia, na sexta. (P6, 17 anos, Palmácia)

Vocês iam querer passar a semana aqui? (P3, 17 anos, Palmácia)

Com certeza, a minha mãe me chama de turista porque eu literalmente só chego em casa e durmo e saio de novo de manhã. (P6, 17 anos, Palmácia)

O pessoal lá em casa só me vê no final de semana. (P5, 16 anos, Palmácia)

Essa casa do estudante ia auxiliar em muita coisa. O transporte que diminui muito. Outra coisa, a falta dos estudantes seria reduzida, tempo gasto tipo em logística. E as aulas poderiam realmente começar cedo dando mais tempo de intervalo. (P2, 17 anos, Palmácia)

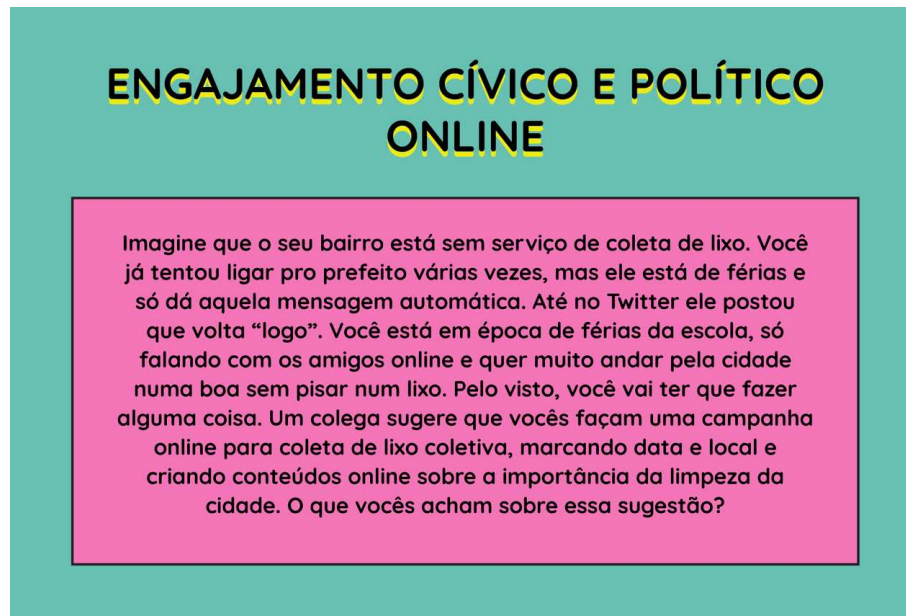
É, nossa EEEP é a única que tem 1 hora a menos no dia. (P1, 18 anos, Palmácia)

Percebe-se, portanto, a vontade dos jovens de haver uma solução que melhorasse o aproveitamento do tempo na escola, visto que a maioria dos estudantes vivenciam a logística de não morar próximo, enfrentando diversos obstáculos para participar das aulas e usufruir do tempo e ambiente escolar.

4.1.4 Engajamento cívico e político online

Quanto à temática de “Engajamento cívico e político *online*” (Figura 4), a situação-problema propunha uma campanha *online* para recolhimento de lixo na cidade pela população.

Figura 4: Engajamento cívico e político online



Fonte: Autora

Os jovens argumentaram, primeiramente, que a prefeitura local deveria se responsabilizar pela preservação dos espaços coletivos e com o bem-estar da população que

habita na cidade. Na realidade do município de Guaramiranga, uma participante comenta que, pela grande quantidade de turistas na região, a prefeitura local carece no cuidado do bem-estar dos habitantes.

É... Eu ia comentar isso mesmo, porque... é uma iniciativa muito boa, mas eu não acho que só a população devia tá tomando conta dela porque... o prefeito tá ali pra isso, entendeu? Ele tem que ajudar... É um trabalho... É uma via de mão dupla. Eles dois tem que [...] se ajudar. Só a população se movimentar para recolher esse lixo... Nunca vai conseguir. Porque sem o apoio da prefeitura... (P6, 15 anos, Fortaleza)

Ta aí, eu tiro pela realidade de Guaramiranga. Guaramiranga, eles focam tanto, tanto no turismo, que eles deixam algumas coisas de lado. Tipo assim, é... Deixam a cidade, o centro bonita, mas não foca nas localidades. Eles só focam naquilo que o pessoal tá vendo. Tipo assim, lazer, quando foca, é alguma coisa que eles focam no turista, nunca pensam no pessoal da cidade, sempre pensam no pessoal de fora. (P6, 17 anos, Palmácia)

Quando questionados mais especificamente sobre o que acharam da campanha para o recolhimento do lixo na cidade ser *online*, argumentaram que seria uma maneira “mais ativa” de mobilizar as pessoas, tanto de ter um maior alcance, quanto de convidá-las à fazer algo fora das redes sociais. Também comentaram sobre a importância das ações coletivas, mencionando que a conquista de direitos se deu por movimentos sociais.

Mas... como é que ele vira uma democracia? Através do povo. O povo lutou, e ele [Brasil] conquistou. Conquistou o que o Brasil é hoje. É claro que ainda há muita luta pela frente, né? Pra que o povo possa atingir seus objetivos. Mas... se o povo se unir, a gente vai conseguir também conquistar essas coisas. (P1, 15 anos, Fortaleza)

No grupo focal de Fortaleza, os jovens questionaram bastante o papel dos gestores políticos, mencionando a importância de pesquisar sobre os candidatos antes de votar e permanecer acompanhando as gestões públicas para exercer o direito ao voto.

Nos dois grupos focais, foi questionado aos participantes se eles e elas se consideravam politicamente ativos. Em ambos, os jovens disseram que não se consideram politicamente ativos por não saber “em quem votar” ou não saber pesquisar sobre assuntos políticos, como propostas de candidatos. Depois de ques

A gente é política, né? [...] Nós somos politicamente ativos porque tudo que a gente faz tem a ver com política, né? O ser humano é político. (P6, 15 anos, Fortaleza)

Porque também é um movimento [a campanha que fizeram *online*], só que dessa vez em prol da escola e não tipo em prol de um candidato, um partido. (P2, 17 anos, Palmácia)

Porque você tá visando uma melhoria né. (P5, 17 anos, Palmácia)

Em Palmácia, os jovens comentaram novamente sobre o movimento nas redes sociais em prol da escola (mencionado no tópico de Cidadania digital). Mencionaram que tiveram a ideia de fazer nas redes sociais e não presencialmente porque queriam atingir familiares e

amigos que não estavam na escola. Argumentaram também que, se fosse presencial, até os moradores de Palmácia teriam dificuldade para acompanhar pelo fato de a escola ser um pouco afastada.

Foi a primeira coisa que a gente pensou, assim, nas redes sociais, onde já tava tendo crítica, aproveitar aquela *hashtag* já que o nome da escola já tava ali. (P5, 17 anos, Palmácia)

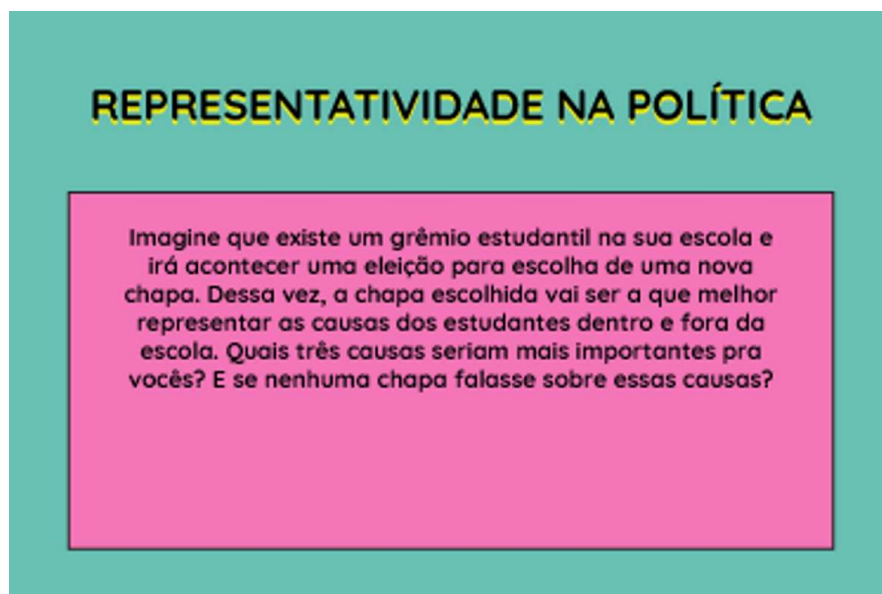
Porque assim, se movimentasse aqui no presencial, só o pessoal da escola ia ter aquela visão. O pessoal de fora que tava criticando não ia ver... aí a gente aproveitou que tinha a *hashtag* ali e começou a aproveitar. (P6, 17 anos, Palmácia)

E era só a gente que podia, porque nenhum dos perfis da escola tá podendo postar não. (P1, 18 anos, Palmácia)

4.1.5 Representatividade na política

A situação-problema descrita pelo cartão “Representatividade na política” (Figura 5) referia-se às causas que aqueles jovens gostariam que os grêmios estudantis abordassem em uma gestão. Nesse momento do debate, tanto causas como figuras representativas foram citadas.

Figura 5: Representatividade na política



Fonte: Autora

Quanto às causas, os jovens mencionaram a questão da saúde mental, *bullying*, alimentação na escola, intolerância religiosa, recursos de higiene e ambientes para descansar nos horários de intervalo das aulas. No primeiro grupo focal, dois jovens participavam da chapa do grêmio estudantil e relataram a experiência de perceber as problemáticas do ambiente, dos estudantes e da convivência no ambiente coletivo.

Não, só falar sobre a questão... é... Eu sou o vice-presidente [da chapa estudantil]... Aí eu queria falar sobre algo que nós falamos com a diretora pra proporcionar aos alunos, que foi no banheiro. Falamos sobre uma reforma no banheiro. Nós conseguimos falar com ele [o diretor]. Deu tudo certo. Parece que vamos, né? Conseguir [...] E a questão do sabão, porque antigamente não tinha sabão no banheiro e nós conseguimos, né? Conseguimos proporcionar... Para ter uma higiene melhor. (P2, 15 anos, Fortaleza)

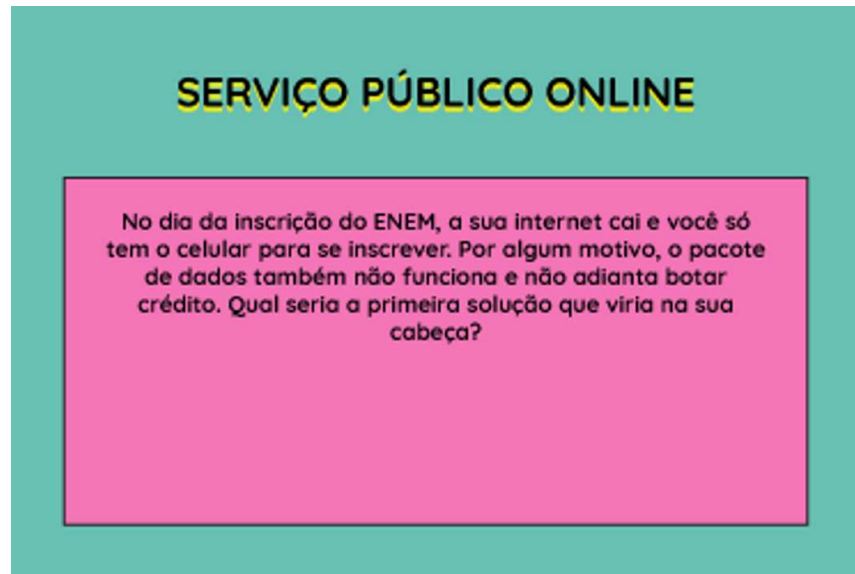
Por considerarmos uma segunda casa... Nossa casa [a escola]. Eu acho que de fato a gente deveria se sentir bem, né? Então... Acho que são coisas que antes não tinha e que a gente tá tentando agora... Proporcionar, né? Que seria a reforma no banheiro. A gente tá falando com o diretor pra que isso aconteça. Acho que até mesmo... Pô, besteira como... Papel higiênico no banheiro, cara. Tipo... Besteira sabe? Que... Antes não tinha. A gente cobrou, né? E... Agora tá sendo comum né? Então... Acho que são... Pontos importantes a serem falados. (P3, 15 anos, Fortaleza)

Quando o jovem cita o papel higiênico e diz que é “besteira”, ele se remete à uma fala anterior sobre acesso ao “básico” para usufruir de direitos cidadãos: “Acesso a cidadania, o que todos devemos ter, né? Acesso ao mínimo, ao básico”. A mobilização dos estudantes para possibilitar melhorias no uso dos espaços coletivos, como no caso do banheiro, é uma movimentação política. A participação política, por muitas vezes, é associada somente ao período eleitoral, às votações, à escolha do candidato e acompanhamento das propostas dos partidos. Entretanto e apesar da importância desse tipo de participação, ser politicamente ativo está além destes feitos.

4.1.6 Serviço público online

O debate acerca do tema “Serviço público online” (Figura 6) trouxe uma situação que abordava a inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é realizada *online*.

Figura 6: Serviço público online



Fonte: Autora

Foi indagado aos estudantes o que fariam se não tivessem acesso à Internet e precisassem fazer a inscrição do ENEM. No grupo focal de Palmácia, um dos jovens contou uma situação que vivenciou quando fez a inscrição.

Eu tive que sair, no caso do ENEM, né. Eu tive que sair da minha casa pra ir pra outro canto pegar área pra receber um código, e aí tive que por uma senha aleatória porque na minha casa não pegava. (P6, 17 anos, Palmácia)

Os jovens do município de Palmácia já haviam comentado sobre a instabilidade da rede e, para eles, a situação descrita não parecia surpreendente. Relataram sobre, muitas vezes, não ter sinal de Internet móvel ou fixa e também quedas de energia na região, não havendo a possibilidade de pedir conexão à vizinhos. No segundo grupo focal, um dos participantes relatou que, diante da instabilidade da rede na região, a escola organiza um dia para inscrever estudantes no ENEM.

Mas quando é o caso de, tipo assim oh, lá onde eu moro quando cai energia além da Internet cair, o sinal de celular também cai junto. E tipo a cidade toda fica sem. Então, não tem como eu pedir ajuda a um amigo, entendeu? (P1, 18 anos, Palmácia)

Em Fortaleza, o debate iniciou com a possibilidade de ir à casa de um amigo ou parente para pegar *wi-fi*. Segundo a pesquisa TIC Kids Online 2021, 82% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos acessam a Internet na casa de outra pessoa (CGI.br; NIC.br; CETIC.br, 2022).

Apesar dos dois grupos de jovens compartilharem da realidade do ensino público, percebe-se a diferença entre as possibilidades de acesso dos jovens da capital do Ceará e aqueles que estão na região serrana e que são moradores de sítios a cerca de uma hora da

escola que estudam. Todavia, no grupo focal de Fortaleza, os jovens questionaram a inscrição exclusivamente *online* e citaram outros serviços públicos que tentavam usar e não conseguiam.

Não necessariamente a gente precisaria ficar restrito só a se inscrever pela Internet, né? Poderiam ter outras formas de inscrição. Ou então proporcionar um acesso igualitário à Internet, né? [...] Fazer com que todos pudessem ter a oportunidade de se inscrever, né? (P3, 15 anos, Fortaleza)

[...]

Porque num pode se limitar só na Internet porque tem pessoa que não tem condição nem de ter um celular... Nem ter a Internet... Nem ter nada, assim... Pra poder se inscrever... E tipo, acaba se prejudicando porque algumas pessoas podem até ser inteligentes, ter a chance de mudar de vida... e não podem porque simplesmente não puderam se inscrever. (P2, 15 anos, Fortaleza)

P4: Às vezes esses... esses serviços online públicos né... Eles são muito descuidados. Por exemplo, o serviço do Vapt Vupt ele veio voltar a funcionar um dia desse. Você não conseguia entrar, assim que você entrava dava erro... (P4, 15 anos, Fortaleza)

E o Aluno Online que fica desconectando direto. (P5, 15 anos, Fortaleza)

Vários falam ao mesmo tempo.

Quando os participantes citam os serviços *online* do Vapt Vupt¹⁷ e o Aluno Online¹⁸, mencionam a instabilidade do sistema, para além da problemática de acesso à Internet de qualidade. Como já citado neste trabalho, o exercício da cidadania está diretamente ligado ao acesso à Internet e a dispositivos de qualidade, como cita o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014). Apesar disso, percebe-se a existência de diversas problemáticas relacionadas aos serviços cidadãos *online*.

Além disso, levantaram aspectos de habilidades midiáticas, como saber identificar um golpe *online*, como o *phishing* ou vírus, descrevendo estes como obstáculos enfrentados no convívio em rede.

Então muitos malwares, vírus... Você acaba... Pô, quem não sabe acaba clicando... “Clique no link tal para fazer sua inscrição!” Ai você clica... Isso acaba fazendo com que você dá seus dados para hackers... Ou então caindo num golpe... Ou então que seja... Acaba vazando seus dados... Principalmente porque... a Internet por mais que ela seja... teoricamente segura, se você souber usar ela, ela possa ser segura... Mas um descuido... Você pode acabar, né? Ah, vazando seus dados, ou então instalando vírus no seu dispositivo [...] Eu acredito que a gente tem que ter mais cuidado com o que a gente faz na Internet.

¹⁷ O Vapt Vupt é um serviço de atendimento do Governo do Estado do Ceará que oferece emissão de documentos, como carteira de estudante e Cadastro Único, utilizado para inclusão no Programa Bolsa Família, por exemplo. O atendimento é feito por agendamento *online*. Disponível em <<https://meuvaptvupt.com.br/agendamento>>. Acesso em: 22/11/2022.

¹⁸ O Aluno Online é um portal da Secretaria de Educação do Estado do Ceará voltado para alunos da rede estadual. Nele, é possível encontrar atividades, frequências, notas e sugestões de estudo. Disponível em: <<https://aluno.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em: 22/11/2022.

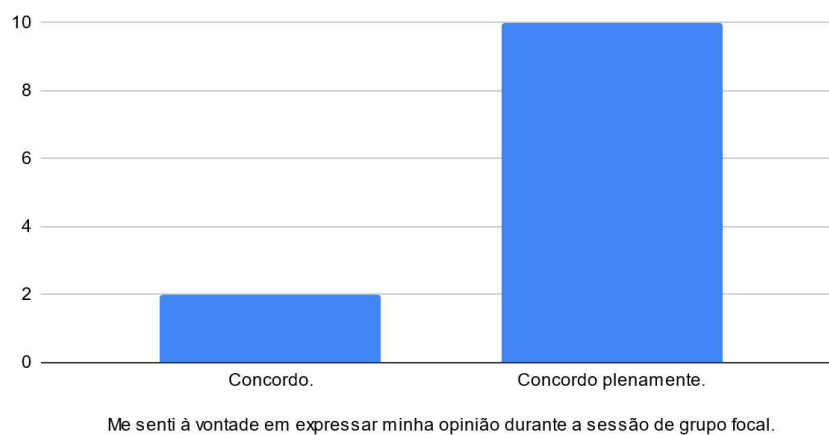
4.2 Questionários

De forma complementar aos debates dos grupos focais, foram disponibilizados dois questionários (Apêndice D e E), impressos, para os participantes da pesquisa após a sessão. O primeiro questionário, como já descrito na metodologia do presente trabalho, buscou uma avaliação do momento do grupo focal. O segundo, trazia questões sobre o uso político das redes sociais pelos jovens, assim como perguntas sobre possíveis obstáculos no uso e convívio com os ambientes *online*.

4.2.1 Questionário de Encerramento

No questionário de encerramento (Apêndice D), respondido de forma anônima, dez dos doze participantes concordaram plenamente com a afirmação “Me senti à vontade em expressar minha opinião durante a sessão de grupo focal” (Gráfico 1).

Gráfico 1: Questão 1 do questionário de encerramento dos grupos focais sobre expressar a opinião no grupo focal.



Fonte: Autora

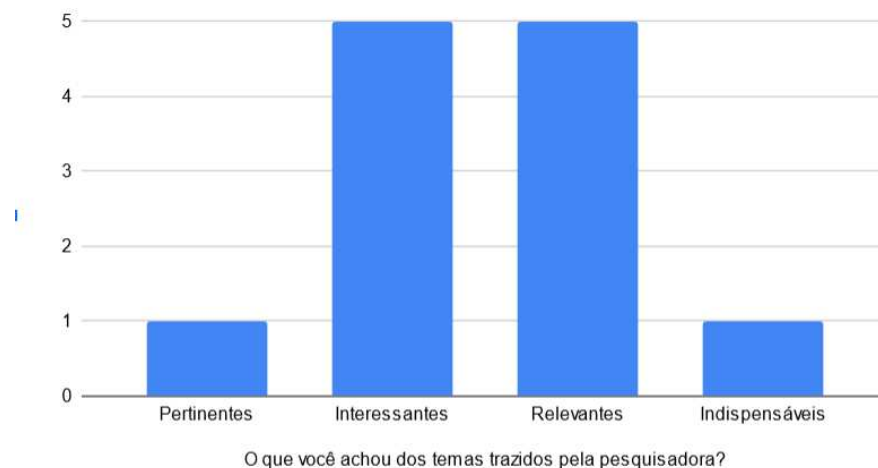
Quando questionados sobre como se sentiram a respeito dos temas debatidos, na questão dois, os jovens trouxeram que se sentiram curiosos sobre a opinião dos colegas, interessados, atraídos pelo assunto, seguros e confortáveis para o debate e para comentar suas opiniões sobre os temas.

Quanto às dinâmicas, tanto de quebra-gelo como a dos cartões impressos com as situações-problema, os participantes relataram que foram importantes para fazer um contato inicial, trazendo argumentos como: “Achei criativo e uma ótima dinâmica para puxar nossa atenção, fazer com que ficássemos concentrados nas perguntas” e “Foi bem interessante, e

importante para o desenvolvimento da pesquisa, pois já estávamos mais entrosados e mais leves para dar nossa opinião”. Além destas, também mencionaram que as dinâmicas foram criativas, divertidas e interativas.

No que diz respeito aos temas, na questão 4 (Gráfico 2), cinco jovens responderam “Interessantes”, cinco “Relevantes”, um “Pertinentes” e um “Indispensáveis”.

Gráfico 2: Questão 4 do questionário de encerramento dos grupos focais sobre os temas do grupo focal.



Fonte: Autora

Na última questão, foi questionado se houve algum momento de desconforto durante o grupo focal, em que todos os participantes responderam que não. Um participante relatou que se sentiu acolhido.

4.2.2 *Questionário Individual*

A primeira questão do questionário individual (Apêndice E) buscou saber a importância de participar da política institucional para os jovens participantes da pesquisa (Gráfico 3). Dos doze participantes, apenas um marcou 7 de 10, e os outros marcaram 10 (Muito importante).

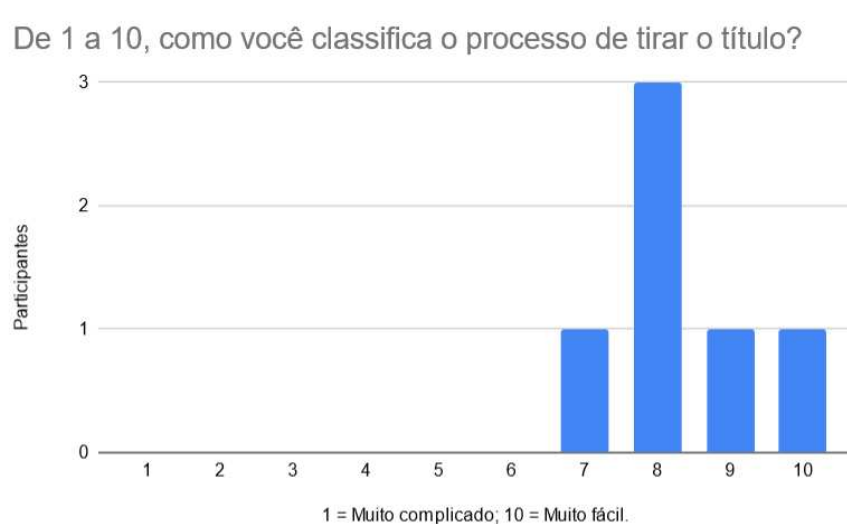
Gráfico 3: Questão 1 do questionário individual sobre participação política.



Fonte: Autora.

A segunda pergunta foi direcionada para aqueles que já tinham a possibilidade de emitir o título de eleitor, buscando saber se o processo é considerado muito complicado ou muito fácil para os jovens. Seis dos doze jovens tinham entre 16 e 18 anos. Três marcaram 8, um marcou 7 e os outros dois, 9 e 10.

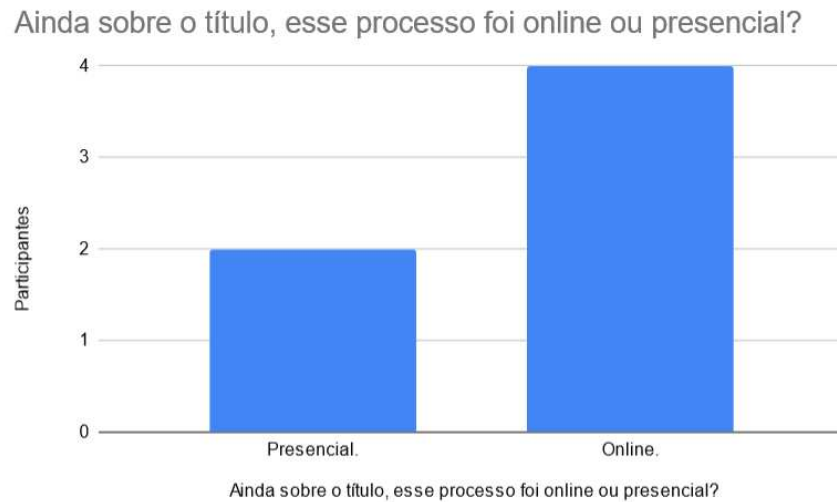
Gráfico 4: Questão 2 do questionário individual sobre título de eleitor.



Fonte: Autora.

De forma complementar à pergunta anterior, os jovens responderam se o processo de emissão do título foi *online* ou presencial, em que quatro responderam *online* e dois, presencial (Gráfico 5).

Gráfico 5: Questão 3 do questionário individual sobre a emissão do título de eleitor.

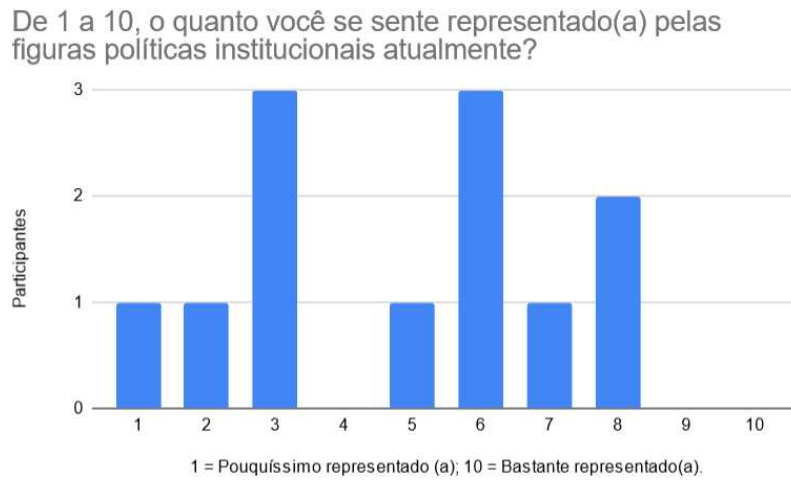


Fonte: Autora.

As questões dois e três geraram respostas discrepantes, em que o mesmo participante que respondeu que o processo de tirar o título foi “Muito fácil” (10, no Gráfico 4), marcou que realizou a operação *online*. Todavia, um participante que respondeu que o processo foi “Muito complicado” (1, no Gráfico 4), respondeu que esse processo também foi *online*. Isso demonstra que a realidade de acesso à Internet, aos dispositivos e aos serviços disponibilizados impactam diretamente na execução má ou bem sucedida das operações *online*.

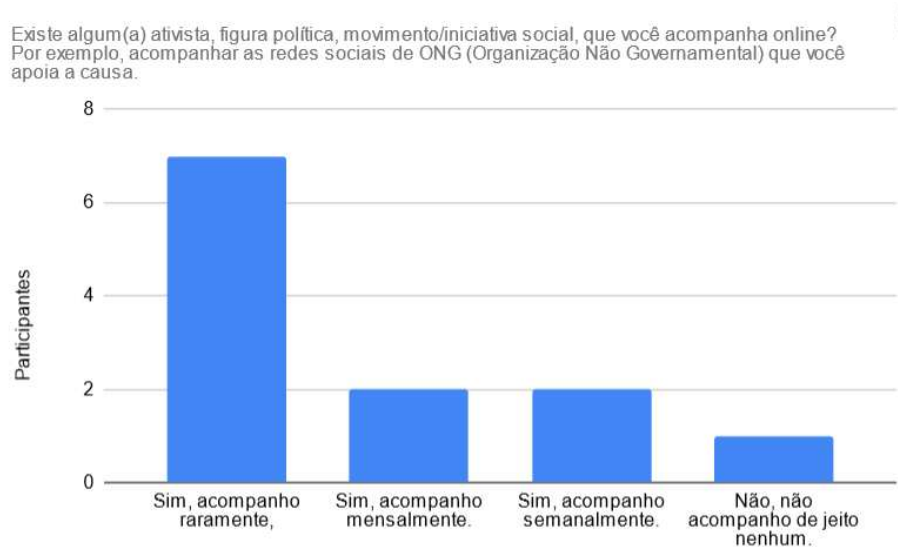
Na pergunta seguinte, investigou-se sobre a representatividade na política institucional na atualidade. Um participante marcou 1 (Pouquíssimo representado(a)) e nenhum marcou 10 (Bastante representado(a)).

Gráfico 6: Questão 4 do questionário individual sobre se sentir representado pelas figuras políticas institucionais atualmente.

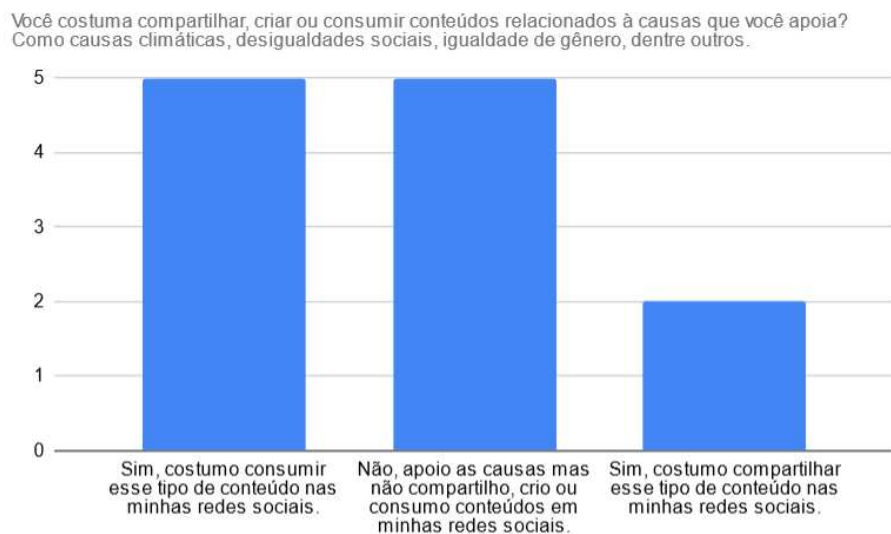


Fonte: Autora.

Quando questionados sobre a frequência em acompanhar conteúdos políticos *online*, como ativistas, figuras políticas ou movimentos, sete dos doze jovens marcaram que acompanhavam raramente e apenas um marcou que não acompanhava de jeito nenhum (Gráfico 7). Com relação ao consumo, compartilhamento ou criação de conteúdos relacionados à causas que apoia (Gráfico 8), cinco responderam que consumiam esse tipo de conteúdo e cinco responderam que, apesar de apoiarem algo, não compartilhavam, consumiam ou criavam conteúdos relacionados. Dois, ainda, responderam que costumavam compartilhar conteúdos do gênero nas redes sociais.

Gráfico 7: Questão 5 do questionário individual sobre consumo de conteúdos políticos *online*.

Fonte: Autora.

Gráfico 8: Questão 6 do questionário individual sobre consumo, compartilhamento e criação de conteúdos políticos *online*.

Fonte: Autora.

A sétima questão buscou compreender se os participantes identificavam que direitos deixavam de alcançar quando não conseguiam ter acesso à Internet. Dentre as respostas, três citaram diretamente o tema de educação, citando que perdiam a oportunidade de acessar “Plataformas de estudos online” e “ENEM, conteúdos online...”, em que o ENEM foi posto como “impossível” de acessar “quando não se tem Internet”. Além disso, argumentaram que usufruir dos direitos era difícil, visto que “atualmente quase tudo é feita de forma online”.

Também compararam à falta de acesso à rede com a falta de acesso ao serviço de saúde, sendo descrito como “direito essencial”. Também foi citado que quando não se tem Internet, também não têm acesso à cultura.

A penúltima questão buscou saber se os jovens já tiveram medo de falar algo relacionado à política no ambiente virtual. Dos doze, sete responderam que sim, seja por medo da recepção de sua opinião pelas outras pessoas, por medo de causarem conflitos, medo de cancelamento, julgamento, por acreditarem que não sabem o suficiente ou por acreditar que “muitas pessoas são perigosas”. Os que responderam negativamente, dois argumentaram que todos devem ter o direito de expressar suas opiniões *online* e três que não gostavam de falar sobre política.

Para finalizar, a última questão buscou compreender se os jovens já haviam se deparado com algum conteúdo que não fosse inteiramente verdadeiro nas redes sociais e como o tinham identificado. Todos responderam que já haviam visto conteúdos do gênero nas redes. Um participante respondeu que muitas vezes não consegue identificar. Os demais mencionaram que buscaram a fonte do conteúdo, buscaram o mesmo conteúdo em outras fontes, identificaram montagens em vídeos, pesquisaram em jornais e no site do TSE, buscando compreender melhor o contexto da situação e pesquisando sobre o assunto em sites que confiassem.

4.3 Discussões

Retomando a discussão sobre acesso, é importante ressaltar que frente a uma era em que há diversos direitos institucionais como o de propriamente tirar título de eleitor que precisa de acesso à Internet e TDICs, o dado de que em 2022, a porcentagem de domicílios que não tem acesso à Internet no Nordeste ainda é de 23% (CGI.br, 2022). Evidencia-se que uma parcela de aproximadamente um quarto da população nordestina teria dificuldades ou a completa falta de acesso à direitos civis que deveriam ser garantidos pelo governo. E ainda, a pesquisa TIC Kids Online 2021, traz que 82% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos acessam a Internet na casa de outra pessoa (CGI.br; NIC.br; CETIC.br, 2022), mostrando a dificuldade também nesse quesito. Os próprios jovens envolvidos na discussão do grupo focal comentam:

Mas quando é o caso de, tipo assim oh, lá onde eu moro quando cai energia além da Internet cair, o sinal de celular também cai junto. E tipo a cidade toda fica sem. Então, não tem como eu pedir ajuda a um amigo, entendeu? (P1, 18 anos, Palmácia) Porque num pode se limitar só na Internet porque tem pessoa que não tem condição nem de ter um celular... Nem ter a Internet... Nem ter nada, assim... Pra poder se

inscrever... E tipo, acaba se prejudicando porque algumas pessoas podem até ser inteligentes, ter a chance de mudar de vida... e não podem porque simplesmente não puderam se inscrever. (P2, 15 anos, Fortaleza)

Desta forma, verifica-se que a falta de acesso é um fator que pode ser considerado como obstáculo, que exclui os jovens. Apesar disso, nos grupos focais, foram vistos exemplos de ações por parte desse público jovem que enfrenta o problema e mostra como é possível e presente essa participação política. No grupo focal de Palmácia, frente a uma situação em que uma *fake news* surgiu contra o próprio ambiente educacional, eles fizeram uma movimentação para mostrar o que era real.

A gente aproveitou que tava o foco todinho na escola, as mídias né e a gente postou coisas boas, pra eles verem o que tava acontecendo. (P5, 16 anos, Palmácia)

Então vocês fizeram um movimento também. (Pesquisadora)

Sim, a gente aproveitou o embalo. (P5, 16 anos, Palmácia)

Enfatiza-se ainda o Gráfico 5 que mostra como 66,6% dos jovens que tiraram título de eleitor foram de forma online, mostrando como conseguiram ultrapassar a barreira da exclusão digital, visto que os mesmos são do grupo de Palmácia, o local onde se teve mais relatos de dificuldade de acesso.

Ademais, o pensamento de Martino (2014) trazido anteriormente, afirma que outras questões também são pensadas como atos políticos, para além do âmbito de partidos e governos, como as lutas das minorias representativas e questões de identidade. Nesse sentido, ter identidade “[...], significa lutar pelo *direito* e pela *possibilidade* de ser quem se é no espaço público.” (MARTINO, 2014, p. 85). A própria campanha dos alunos, visto no parágrafo anterior, mostra essa participação política no que envolve o ambiente coletivo.

Nos resultados dos questionários, 11 dos 12 alunos afirmam que é importante participar da política institucional, apesar de quase que unanimemente todos no grupo focal responderam não se acharem politicamente ativos. Porém, ações dos mesmos alunos em seus contextos, provam o contrário, e justamente mostram como eles se importam, discutem sobre e até mesmo chegam a realizar ações seja física ou virtualmente por causas em que acreditam e que influenciam nos seus contextos em coletivo e individualmente.

Não, só falar sobre a questão... é... Eu sou o vice-presidente [da chapa estudantil]... Aí eu queria falar sobre algo que nós falamos com a diretora pra proporcionar aos alunos, que foi no banheiro. Falamos sobre uma reforma no banheiro. Nós conseguimos falar com ele [o diretor]. Deu tudo certo. Parece que vamos, né? Conseguir [...] E a questão do sabão, porque antigamente não tinha sabão no banheiro e nós conseguimos, né? Conseguimos proporcionar... Para ter uma higiene melhor. (P2, 15 anos, Fortaleza)

Por considerarmos uma segunda casa... Nossa casa [a escola]. Eu acho que de fato a gente deveria se sentir bem, né? Então... Acho que são coisas que antes não tinha e que a gente tá tentando agora... Proporcionar, né? Que seria a reforma no banheiro. A gente tá falando com o diretor pra que isso aconteça. Acho que até mesmo... Pô, besteira como... Papel higiênico no banheiro, cara. Tipo... Besteira sabe? Que... Antes não tinha. A gente cobrou, né? E... Agora tá sendo comum né? Então... Acho que são... Pontos importantes a serem falados. (P3, 15 anos, Fortaleza)

Por fim, no grupo focal de Fortaleza, uma participante comentou sobre o que significava, para ela, ser politicamente ativo:

A gente é política, né? [...] Nós somos politicamente ativos porque tudo que a gente faz tem a ver com política, né? O ser humano é político. (P6, 15 anos, Fortaleza)

As discussões criadas pelos participantes no grupo focal, partindo do material disponível e das questões que os próprios jovens levantaram proporcionaram trocas sobre posicionamentos políticos e cidadãos, permeando o convívio social *online* e *offline*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu compreender como os jovens cearenses usam as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) como ferramenta de participação social/política, diante da inserção cada vez mais expressiva das TDICS na sociedade, da crescente presença digital dos jovens e dos desafios de acesso que surgem a partir desse cenário, a partir de uma pesquisa de campo qualitativa.

Para atingir a compreensão de como os jovens cearenses, que estão começando sua participação política e que votarão pela primeira vez a partir de 2022, exercem sua cidadania digital em plataformas e sites de redes sociais definiu-se três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico era compreender como atuam os jovens cívica e politicamente, além da política institucional, partidária e eleitoral. A partir da vivência em campo, verificou-se que os participantes relataram experiências como ações do grêmio estudantil da sua escola, criação de movimento nas redes sociais contra *fake news* por meio de *hashtags* e compartilhamento de imagens em defesa da causa coletiva, propuseram soluções para as problemáticas relacionadas, por exemplo, ao transporte, à alimentação, à educação, às atividades dedicadas à juventude, ao dia a dia na escola, dentre outras temáticas que citaram ao longo do grupo focal, demonstrando uma visão política e transformadora do mundo ao seu redor.

O segundo objetivo específico era compreender como os desafios de acesso afetam a participação política e cívica destes jovens. A análise permitiu considerar que o acesso precário a dispositivos TDICs e a Internet cria obstáculos na interação dos jovens com direitos cidadãos, como fazer a inscrição do ENEM. Além disso, aspectos como não ter a oportunidade de estudar com apoio de conteúdos e plataformas de estudos *online*, informar-se e não ter acesso à cultura também foram trazidos pelos participantes da pesquisa.

E o terceiro objetivo específico era compreender quais são os desafios de engajamento enfrentados nos ambientes digitais. Os questionários e o grupo focal permitiram constatar que há, ainda, medo ao expressar suas opiniões políticas *online* por parte dos jovens participantes desta pesquisa. Eles, por sua vez, mencionaram motivos como má recepção das outras pessoas, julgamentos, pessoas hostis, cancelamento, dentre outros, que compõem um panorama de desafios enfrentados pelos jovens no convívio mediado pelas TDICs. Além disso, a desinformação também pode ser apontada como um desafio a ser enfrentado pela juventude, uma vez que é necessário possuir uma série de habilidades midiáticas (como

acessar, analisar, criar e participar dos ambientes digitais) para lidar com as *fake news* e orientar as pessoas próximas sobre o assunto.

Sendo assim, os instrumentos usados para a pesquisa possibilitaram construir um diálogo com os participantes de maneira interativa, criativa e descontraída, como relatado pelos próprios participantes no capítulo anterior. Apesar dos questionários (individual e de encerramento) terem trazidos dados complementares, pode ser reconhecido poderiam trazer dados mais precisos, como perguntar aos participantes quais perfis, nas redes sociais e relacionados à causas sociais que apoia, eles mais se engajam e quais os conteúdos gerados por esses perfis.

Ser politicamente ativo foi uma questão que gerou dúvidas entre os jovens. Nos dois grupos focais, a maioria dos jovens iniciou expressando que não se consideravam politicamente ativos, mesmo depois de discussões sobre propostas de solução para cidade, feito manifestações nos ambiente coletivos (como na escola e nas redes sociais) e mencionar que é necessário, para exercer a cidadania, acompanhar os mandatos dos/as representantes eleitos.

Diante disso, percebe-se que a discussão e a realização de ações relacionadas à política são pertinentes com a juventude, com objetivo de inserir a discussão sobre política tanto no sentido de ações do dia a dia que são politicamente ativas, como também com a ação política do voto e de acompanhar de forma crítica as propostas e o andamento dos governos, o que pode ser feito em plataformas como o DivulgaCand¹⁹, do TSE, em sites oficiais do governo²⁰, do Senado Federal²¹, da Câmara dos Deputados²², da Assembleia Legislativa do estado²³ e das Câmaras Municipais²⁴ e nos perfis dos representantes, partidos e instituições nas redes sociais.

Em pesquisas futuras, pode-se elaborar questões mais específicas sobre os conteúdos políticos que os jovens do Ceará consomem nas redes sociais, que estratégias possuem para lidar com conteúdos de desinformação e discurso de ódio e buscar debater, com maior ênfase nas redes sociais, sobre as possibilidades de atuação política juvenis *online*. Além disso, aprofundar o referencial teórico sobre a sociedade da informação e Humanidades Digitais.

Existem diversos desafios ao trabalhar com um tema atual e em constante mudança como é o das tecnologias da informação e os diversos usos e manifestações a partir dela na sociedade. A atuação política dos jovens nas votações, nas escolas, nos ambientes digitais e

¹⁹ Disponível em: <<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>. Acesso em: 28/11/2022.

²⁰ Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/>>. Acesso em: 28/11/2022.

²¹ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado/>>. Acesso em: 28/11/2022.

²² Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 28/11/2022.

²³ Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/>>. Acesso em: 28/11/2022.

²⁴ Disponível em: <<https://www.cmfor.ce.gov.br/>>. Acesso em: 28/11/2022.

nos espaços coletivos cria diversas possibilidades de construção social. Quanto mais projetos e políticas públicas de acesso e educação midiática desenvolvidas por jovens e para jovens, em uma perspectiva de construção coletiva e cidadã com o apoio das TDICs, mais indivíduos críticos, ativos e transformadores estarão presentes na sociedade.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michel. **Etnografia e observação participante**. ARTMED EDITORAS S.A, Porto Alegre. 2009.

ANJOS, Alexandre Martins do; SILVA, Glaucia Eunice Gonçalves da. **Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) na Educação**. Mato Grosso: Secretaria de Tecnologia Educacional. Universidade Federal de Mato Grosso. 2018.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisa qualitativa. **O Mundo da Saúde**, São Paulo: 2011; 35(4): 438-442.

BARBOSA, Bia. Brasil na pandemia: falta de conexão de qualidade e aumento das desigualdades. **Pesquisa TIC Domicílios 2020**. p. 95-102. 2020.

BATISTA, Susana; SIMÕES, José Alberto. **Cidadania Digital de jovens em três países europeus: Perfis de (não) participação cívica online**. Sociologia, Problemas e Práticas, 10-29, 14 jan. 2022.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (Org). **Inclusão Digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011.

BONILLA, Maria Helena. O Brasil e a alfabetização digital. **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, p. 7, 13 abr. 2001. Disponível em: <<https://lendobrincando.blogspot.com/2012/10/o-brasil-e-alfabetizacao-digital.html>>. Acesso em: 16/10/2022.

BLANCO, Patricia. Eleições: a polarização e seus efeitos para além das redes. **Educamídia**, 29 set. 2022. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/eleicoes-a-polarizacao-e-seus-efeitos-para-alem-das-redes/>>. Acesso em: 26/10/2022.

BRANDÃO, Lucas. A sociedade da informação em rede aos olhos de Manuel Castells. **Comunidade, cultura e arte**, 24 jun., 2018. Disponível em: <<https://comunidadeculturaearte.com/a-sociedade-da-informacao-em-rede-aos-olhos-de-manuel-castells/>>. Acesso em: 20/10/2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária**. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Justiça Eleitoral bate recordes de atendimentos no dia do fechamento do cadastro eleitoral**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Maio/justica-eleitoral-bate-recordes-de-atendimentos-no-dia-do-fechamento-do-cadastro-eleitoral>>. Acesso em: 18 maio, 2022.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Procura por título de eleitor entre jovens com 15 a 17 anos cresceu 45% em um mês**. Brasília, DF, 2022. Disponível em:

<<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Abril/procura-por-titulo-de-eleitor-entre-jovens-com-15-a-17-anos-cresceu-45-em-um-mes>>. Acesso em: 18 maio, 2022.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Mídia-educação, inclusão digital e comunicação comunitária: espaços de interconexão. **VI Encontro Brasileiro de Educomunicação**. Porto Alegre: jun. 2015.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARVALHO, Maria João Leote de. Justiça juvenil, 'educação para o direito' e a (in)visibilidade da cidadania digital. **DiCi-Educa: Experiências e reflexões sobre cidadania digital**, Campo Grande, 151-160, 2020.

COMITÊ GESTOR DA Internet (CGI.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2021**. São Paulo: 21 de jun. 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf>. Acesso em: 22/10/2022.

Comitê Gestor da Internet (CGI.br); Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br); Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). **TIC Kids Online Brasil 2021**. São Paulo: 16 de ago. 2022. Disponível em: <https://cetic.br/media/analises/tic_kids_online_brasil_2021_principais_resultados.pdf>. Acesso em: 22/10/2022.

CORRÊA, João Nazareno Pantoja; BRANDEMBERG, João Cláudio. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no ensino de matemática em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**. Vol. 8, nº 22, p. 34 - 54, 2021.

CORRÊA, Hércules Tolêdo; DIAS, Daniela Rodrigues. Multiletramentos e usos das tecnologias digitais da informação e comunicação com alunos de cursos técnicos. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n(55.2): 241-261, mai./ago. 2016.

CRUZ, Isabela. A mobilização nas redes para que jovens tirem título de eleitor. **Nexo Jornal**, 22 de mar de 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/03/22/A-mobiliza%C3%A7%C3%A3o-nas-redes-para-que-jovens-tirem-t%C3%ADtulo-de-eleitor>>. Acesso em: 13 abril, 2022.

DEISTER, Jaqueline. Cresce o número de jovens eleitores, mas eles têm pouco interesse pela política além do voto. **Brasil de Fato**, 15 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/15/cresce-o-numero-de-jovens-eleitores-mas-eles-t-em-pouco-interesse-pela-politica-alem-do-voto>>. Acesso em: 20/11/2022.

Educamídia. **O que é Educação Midiática?** Educamídia, 202-?. Disponível em: <<https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>>. Acesso em: 20/10/2022.

FROTA, R. S.; MACEDO, V. F.; PEREIRA, G. C. Media Day: Inclusão por meio do ensino. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v.2, n.16, jul./dez. 2018.

Fronteiras do Pensamento. Manuel Castells - O poder da juventude é a autocomunicação.

YouTube, 23 de abr. de 2015. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=0L9c2h0TTLo&ab_channel=FronteirasdoPensamento>.

Acesso em: 13/05/2022.

HUAWEI. **Global Connectivity Index**, 2020. Disponível em:

<<https://www.huawei.com/minisite/gci/en/country-profile-br.html>>. Acesso em: 09/11/2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Domicílios e Moradores em que não havia utilização da Internet**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC-A). 2021. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=33030&t=destaques>>. Acesso em: 09/11/2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1999.

LIMA, Paola; PORTELA, Raissa. Mulheres da política: ações buscam garantir maior participação feminina no poder. 2022. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/aliados-na-luta-por-mais-mulheres-na-politica>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LÓPEZ, Graciela Lima. **O método etnográfico como paradigma científico e sua aplicação na pesquisa**. Canoas, n. 1, p. 45-50, 2o semestre de 1999.

MACHADO, Silvia Costa. Análise sobre o uso das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICS) no processo educacional da geração Internet. **Novas Tecnologias na Educação**, V. 14 N° 2, dez. 2016.

Marco Civil da Internet – MCI. **Lei n. 12.965**, 23 de abril de 2014. 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, DF.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>.

Acesso em: 01/06/2022.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUIZ, Pedro Aurélio dos Santos; RAMOS, Márcia E. Teté. NOÇÕES DE JOVENS SOBRE A POLÍTICA NO FUTEBOL – A EXPERIÊNCIA DO GRUPO FOCAL.. In: **Anais do XVII Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica - Teoria, Pesquisa e Prática**. Foz do Iguaçu(PR) UNILA, 2017. Disponível em:

<<https://www.even3.com.br/anais/jornadaseh2017/78051-NOCOES-DE-JOVENS-SOBRE-A-POLITICA-NO-FUTEBOL--A-EXPERIENCIA-DO-GRUPO-FOCAL>>. Acesso em: 27/07/2022.

Observatório da Juventude na Ibero-América. **Pesquisa Juventudes no Brasil**. 7 out. 2021.

Disponível em:

<<https://oji.fundacion-sm.org/pesquisa-juventudes-no-brasil-2021/?lang=pt-br>>. Acesso em: 17/11/2022.

Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro [livro eletrônico] : **TIC Governo Eletrônico 2021**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- São Paulo, SP: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

Primeiro Voto - Olha o Barulhinho. Disponível em:

<https://datastudio.google.com/u/0/reporting/8a304185-d57b-4f63-8b4b-b392dfb805e4/page/p_03ft7810sc>. Acesso em: 05/12/2022.

RESSEL, Lúcia Beatriz; GUALDA, Dulce Maria Rosa; HOFFMANN, Izabel Cristina; SILVA, Rosângela Marion da. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto e Contexto Enfermagem**, 2008.

RIBEIRO, Rejane Arruda; PULINO, Lúcia Helena Cavasin Zabotto. Outubro, 2016, Brasil - As ocupações de escolas brasileiras da rede pública pelos secundaristas: contextualização e caracterização. **Psicologia Política**. vol. 19. nº 45. pp. 286-300. mai-ago. 2019.

RODRIGUES, Mariana; MENEZES, Isabel; FERREIRA, Pedro. **Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SANCHES, Mariana. Quem está por trás da campanha por voto jovem postada por Leo DiCaprio e que irritou Bolsonaro?. **BBC News Brasil**, Washington, 6 maio de 2022.

Disponível em:

<<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/05/quem-esta-por-tras-de-campanha-por-voto-jovem-postada-por-leo-dicaprio-e-que-irritou-bolsonaro.html>>. Acesso em: 05/12/2022.

SAFERLAB. **Eleições sem ódio: como a desinformação e o discurso de ódio podem influenciar pessoas durante o período eleitoral**. 2022. Disponível em:

<<https://saferlab.org.br/>>. Acesso em: 23/11/2022.

SILVA, Márcia Cabral da. Grupo focal em pesquisa qualitativa sobre leitura com jovens. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 43, p. 173-188, jan./mar. 2012.

SILVA, Andreia de Oliveira. **A participação de estudantes do ensino médio de escolas públicas da região de Caieiras/SP em movimentos e redes sociais [recurso eletrônico]**. 2016. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: [s.n.], 2016.

SOARES, Donizete. Educomunicação - o que é isso?. **Gens - Instituto de Educação e Cultura**. São Paulo, maio de 2006.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

56 escolas ocupadas e nem 1 direito a menos. **Revista Diário Direto**, 21 maio de 2016.
Disponível em: <<https://direitodiario.com.br/56-escolas-ocupadas/>>. Acesso em: 11/11/2022.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (ESTUDANTES)

Você está sendo convidada(o) como participante da pesquisa intitulada “Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação como ferramenta de participação política e cívica por jovens cearenses”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Nesse estudo pretendemos compreender como os jovens eleitores cearenses, que votarão pela primeira vez para presidente em 2022, exercem sua cidadania digital em plataformas e sites de redes sociais. O motivo que nos leva a estudar esse tema é que há uma crescente presença dos jovens na rede, seja compartilhando, criando ou consumindo conteúdos, entretanto e apesar do uso das TDICs permear aspectos de cidadania, como a utilização de serviços públicos, o número de jovens brasileiros engajados na política institucional caiu nos últimos 20 anos.

Além disso, é essencial estudar a participação e cidadania exercida online por esses jovens a partir, também, dos desafios de acesso que eles e elas enfrentam no dia a dia, ou seja, se existe um dispositivo disponível, se esse dispositivo é compartilhado ou não, se a rede é móvel ou banda larga, qual a qualidade dessa rede, dentre outros aspectos.

Para esta investigação, acontecerá a realização de um grupo focal com previsão de aproximadamente uma hora de duração, sob orientação de um roteiro aplicado com os e as participantes. Este roteiro conta com a descrição de duas dinâmicas que serão mediadas pela pesquisadora e auxiliadas por dois observadores, que estarão presentes a fim de fazer anotações durante o grupo focal. Para captação dos dados, também será utilizado um gravador de voz.

A primeira dinâmica, de introdução, contará com perguntas lúdicas para aproximar os participantes e criar um ambiente de troca e diálogo sobre temáticas do dia a dia. As perguntas serão impressas e dispostas em uma caixa, para que sejam sorteadas no momento da dinâmica.

Para a segunda dinâmica, serão apresentadas seis situações-problema com os seguintes temas: democracia, voto jovem, cidadania digital, cidadania ativa, engajamento cívico e político online, representatividade na política e serviço público online. Para cada situação, os participantes irão apresentar seus pontos de vista, ouvir os colegas, discutir as implicações, as consequências e soluções para cada uma. Nesta dinâmica, assim como na primeira, as situações-problema serão impressas e dispostas em uma caixa, para que os temas sejam em ordem aleatória. Cada participante irá sortear um tema e iniciar a discussão com a leitura da situação-problema para o restante do grupo.

De forma complementar para a produção de dados desta pesquisa, será entregue um questionário com questões abertas para os estudantes, de maneira a obter informações sobre sua jornada de engajamento político. Este instrumento será disponibilizado via formulário online e as respostas solicitadas no prazo de dois dias úteis.

Para participar deste estudo, você deverá assinar esse termo de consentimento livre e esclarecido. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Este estudo apresenta alguns riscos mínimos, são eles: mesmo risco existente em atividades

rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc.; a possível perda do sigilo das informações dos participantes; o possível sentimento de desconforto pela presença da pesquisadora na instituição de educação.

Entretanto, esse risco deve ser minimizado por meio da garantia do anonimato dos participantes, da informação sobre a importância de construção deste estudo, do esclarecimento de qualquer aspecto que desejar e da liberdade de escolha em recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

Com relação aos benefícios da pesquisa, você terá oportunidade de aprender sobre os procedimentos realizados e de refletir de forma participativa e coletiva entre os profissionais sobre o tema deste estudo. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de cinco anos e, após esse tempo, serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. A qualquer momento você poderá ter acesso às informações referentes à pesquisa pelos endereço e telefone das pesquisadoras, indicados a seguir:

Nome: Láizla Fernandes Farias / **Endereço:** Rua Francisco de Souza Oliveira, nº 102 – Distrito Icarai – Caucaia. CEP: 61624-300. / **E-mail:** laizla@alu.ufc.br

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC) – Instituto UFC Virtual.

Endereço: Av. Humberto Monte, s/n – Campus do Pici. Bloco Acadêmico Instituto UFC Virtual nº 1430 (atrás do novo RU). CEP: 60.440-554 – Fortaleza-CE

E-mail: smd@virtual.ufc.br

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, __/__/____

Nome do participante da pesquisa

Assinatura

Nome da pesquisadora

Assinatura

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RESPONSÁVEIS)

Caro Responsável/Representante Legal, gostaríamos de obter o seu consentimento para _____ participar da pesquisa intitulada “Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação como ferramenta de participação política e cívica por jovens cearenses”. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Nesse estudo pretendemos compreender como os jovens eleitores cearenses, que votarão pela primeira vez para presidente em 2022, exercem sua cidadania digital em plataformas e sites de redes sociais. O motivo que nos leva a estudar esse tema é que há uma crescente presença dos jovens na rede, seja compartilhando, criando ou consumindo conteúdos, entretanto e apesar do uso das TDICs permear aspectos de cidadania, como a utilização de serviços públicos, o número de jovens brasileiros engajados na política institucional caiu nos últimos 20 anos.

Além disso, é essencial estudar a participação e cidadania exercida online por esses jovens a partir, também, dos desafios de acesso que eles e elas enfrentam no dia a dia, ou seja, se existe um dispositivo disponível, se esse dispositivo é compartilhado ou não, se a rede é móvel ou banda larga, qual a qualidade dessa rede, dentre outros aspectos.

Para esta investigação, acontecerá a realização de um grupo focal com previsão de aproximadamente uma hora de duração, sob orientação de um roteiro aplicado com os e as participantes. Este roteiro conta com a descrição de duas dinâmicas que serão mediadas pela pesquisadora e auxiliadas por dois observadores, que estarão presentes a fim de fazer anotações durante o grupo focal. Para captação dos dados, também será utilizado um gravador de voz.

A primeira dinâmica, de introdução, contará com perguntas lúdicas para aproximar os participantes e criar um ambiente de troca e diálogo sobre temáticas do dia a dia. As perguntas serão impressas e dispostas em uma caixa, para que sejam sorteadas no momento da dinâmica.

Para a segunda dinâmica, serão apresentadas seis situações-problema com os seguintes temas: democracia, voto jovem, cidadania digital, cidadania ativa, engajamento cívico e político online, representatividade na política e serviço público online. Para cada situação, os participantes irão apresentar seus pontos de vista, ouvir os colegas, discutir as implicações, as consequências e soluções para cada uma. Nesta dinâmica, assim como na primeira, as situações-problema serão impressas e dispostas em uma caixa, para que os temas sejam em ordem aleatória. Cada participante irá sortear um tema e iniciar a discussão com a leitura da situação-problema para o restante do grupo.

De forma complementar para a produção de dados desta pesquisa, será entregue um questionário com questões abertas para os estudantes, de maneira a obter informações sobre sua jornada de engajamento político. Este instrumento será disponibilizado via formulário online e as respostas solicitadas no prazo de dois dias úteis.

Para participar deste estudo, você deverá assinar esse termo de consentimento livre e esclarecido. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Este

estudo apresenta alguns riscos mínimos, são eles: mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc.

Entretanto, esse risco deve ser minimizado por meio da garantia do anonimato dos participantes, da informação sobre a importância de construção deste estudo, do esclarecimento de qualquer aspecto que desejar e da liberdade de escolha em recusar-se a participar. A participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelos pesquisadores que irão tratar a identidade do menor de idade com padrões profissionais de sigilo.

Com relação aos benefícios da pesquisa, o participante terá oportunidade de contribuir com o desenvolvimento de um recurso que visa o crescimento de uma ação de extensão a qual tem objetivo de incentivar o ingresso de estudantes no ensino superior, além de refletir sobre formas inovadoras e atrativas de comunicar conteúdos diversos. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou material que indique a participação do menor não será liberado sem sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelos pesquisadores responsáveis, e a outra será fornecida a você. A qualquer momento você poderá ter acesso às informações referentes à pesquisa pelos endereço e telefone dos pesquisadores, indicados a seguir:

Nome: Láizla Fernandes Farias / **Endereço:** Rua Francisco de Souza Oliveira, nº 102 – Distrito Icarai – Caucaia. **CEP:** 61624-300. / **E-mail:** laizla@alu.ufc.br

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC) – Instituto UFC Virtual.

Endereço: Av. Humberto Monte, s/n – Campus do Pici. Bloco Acadêmico Instituto UFC Virtual nº 1430 (atrás do novo RU). **CEP:** 60.440-554 – Fortaleza-CE

E-mail: smd@virtual.ufc.br

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, __/__/____

Nome do participante da pesquisa

Assinatura

Nome do pesquisador(a)

Assinatura

Nome do responsável

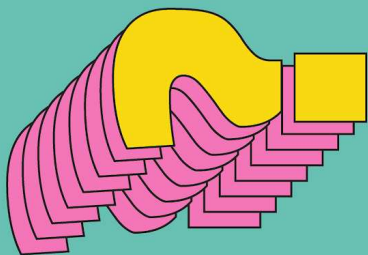
Assinatura

APÊNDICE C - FERRAMENTA PARA GRUPO FOCAL

<h3>DEMOCRACIA E VOTO JOVEM</h3> <p>Imagine que a sua escola irá passar por uma mudança de coordenação. A nova coordenadora ou coordenador será um dos professores ou professoras que já deram aula para você e pros seus amigos. Ela ou ele poderá mudar o tempo de duração das aulas, do intervalo, decidir sobre gincanas, aulas-passeio, olimpíadas, esportes, dentre outras atividades. Os responsáveis pela escolha do novo coordenador(a) não são os coordenadores antigos ou a direção da escola, mas sim os estudantes. E aí, o que vocês acham sobre isso?</p>	<h3>ENGAJAMENTO CÍVICO E POLÍTICO ONLINE</h3> <p>Imagine que o seu bairro está sem serviço de coleta de lixo. Você já tentou ligar pro prefeito várias vezes, mas ele está de férias e só dá aquela mensagem automática. Até no Twitter ele postou que volta "logo". Você está em época de férias da escola, só falando com os amigos online e quer muito andar pela cidade numa boa sem pisar num lixo. Pelo visto, você vai ter que fazer alguma coisa. Um colega sugere que vocês façam uma campanha online para coleta de lixo coletiva, marcando data e local e criando conteúdos online sobre a importância da limpeza da cidade. O que vocês acham sobre essa sugestão?</p>
<h3>CIDADANIA DIGITAL</h3> <p>Imagine que você estava rolando o feed do Instagram e vê uma notícia muito estranha. Você abre os comentários do post e já vê sua mãe e seu tio desesperados nos comentários com aquela informação. O número de curtidas e comentários da publicação aumenta cada vez mais, mas você sabe que aquela notícia só tá ali pra causar desordem. E aí, vocês fariam alguma coisa? O que vocês fariam em uma situação como essa?</p>	<h3>CIDADANIA ATIVA</h3> <p>Imagine que você pode se tornar prefeita ou prefeito por três dias e deverá escolher apenas três coisas para mudar na sua cidade, quais seriam elas e por que?</p>

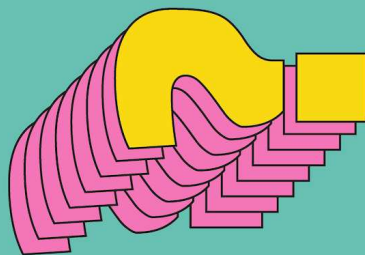
REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA

Imagine que existe um grêmio estudantil na sua escola e irá acontecer uma eleição para escolha de uma nova chapa. Dessa vez, a chapa escolhida vai ser a que melhor representar as causas dos estudantes dentro e fora da escola. Quais três causas seriam mais importantes pra vocês? E se nenhuma chapa falasse sobre essas causas?



SERVIÇO PÚBLICO ONLINE

No dia da inscrição do ENEM, a sua internet cai e você só tem o celular para se inscrever. Por algum motivo, o pacote de dados também não funciona e não adianta botar crédito. Qual seria a primeira solução que viria na sua cabeça?



APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DE ENCERRAMENTO DO GRUPO FOCAL

1. Me senti à vontade em expressar minha opinião durante a sessão de grupo focal.

- Concordo plenamente.
- Concordo.
- Neutro
- Discordo.
- Discordo plenamente.
- Outro: _____

2. Como você se sentiu com relação aos temas discutidos no grupo focal? Por que? Fica a vontade pra contar sobre :)

Se sentiu seguro(a), confortável, aflito(a), engajado(a), curioso(a), etc?

3. O que você achou das dinâmicas trazidas pela pesquisadora?

Dinâmica de quebra-gelo e caixinha de situações-problema.

4. O que você achou dos temas trazidos pela pesquisadora?

- Relevantes
- Pertinentes
- Indispensáveis
- Interessantes
- Chatos
- Insignificantes
- Descartável
- Outro: _____

5. Existiu algum momento de desconforto durante a sessão de grupo focal? Se sim, fica à vontade pra contar sobre :)

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL

1. Em uma escala de 1 a 10, o quanto você acha importante participar da política institucional?

Por exemplo, votar nas eleições.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Nada importante. importante.										Muito

2. De 1 a 10, como você classifica o processo de tirar o título?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Muito complicado.										Muito fácil.

3. Ainda sobre o título, esse processo foi online ou presencial?

Online.

Presencial.

Outro: _____

4. De 1 a 10, o quanto você se sente representado(a) pelas figuras políticas institucionais atualmente?

Por exemplo, figuras presidenciais, prefeitas(os), governadoras(os), etc.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pouquíssimo representado(a). Bastante representado(a).										

5. Existe algum(a) ativista, figura política, movimento/iniciativa social, que você acompanha online?

Por exemplo, acompanhar as redes sociais de ONG (Organização Não Governamental) que você apoia a causa.

- Sim, acompanhamento semanalmente.
- Sim, acompanhamento mensalmente.
- Sim, acompanhamento raramente.
- Não, não acompanhamento de jeito nenhum.
- Outro: _____

6. Você costuma compartilhar, criar ou consumir conteúdos relacionados à causas que você apoia?

Como causas climáticas, desigualdades sociais, igualdade de gênero, dentre outros.

- Sim, costumo compartilhar esse tipo de conteúdo nas minhas redes sociais.
- Sim, costumo criar esse tipo de conteúdo nas minhas redes sociais.
- Sim, costumo consumir esse tipo de conteúdo nas minhas redes sociais.
- Todas as opções acima.
- Não, apoio as causas mas não compartilho, crio ou consumo conteúdos em minhas redes sociais.
- Não, não tenho costume de compartilhar, criar ou consumir esse tipo de conteúdo online.

7. O Marco Civil da Internet (2014) determina que para um exercício pleno da cidadania, as pessoas têm direito a uma conexão de qualidade à Internet, para que seja possível usufruir de serviços públicos gratuitos, como emitir o título de eleitor, solicitar carteirinha estudantil, se inscrever no ENEM, acessar conteúdos online, dentre outras ações. Quais direitos você identifica não alcançar quando não consegue acessar a Internet?

8. Você já teve medo de falar algo relacionado à política ou à alguma causa que apoia online? Por quê? Fica a vontade pra contar um pouco sobre :)

9. Nas redes sociais, você já viu algum conteúdo (notícia, vídeo, foto, comentário, etc) que não fosse totalmente verdadeiro? Se sim, como você o identificou?
